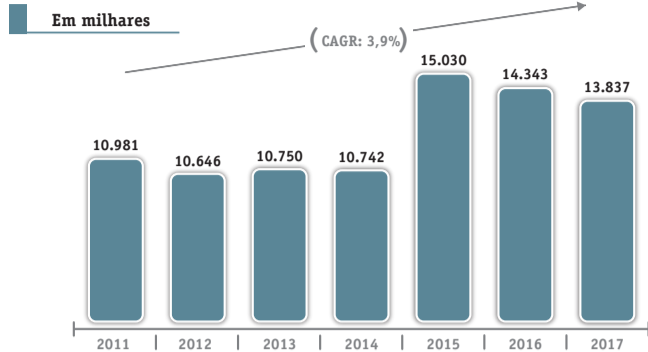


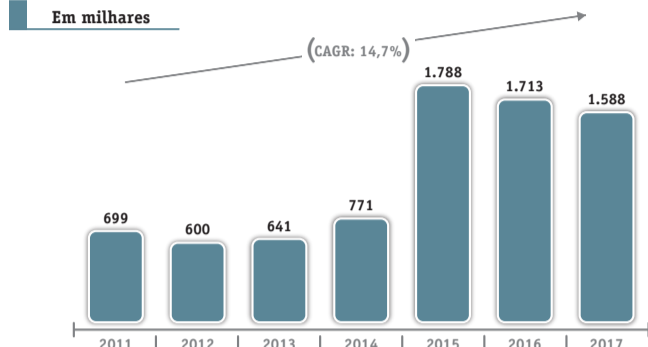


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Linhas em Serviço - atingiu 13.837 mil clientes em 2017, uma redução de 3,5% em relação a 2016, devido à maturidade no serviço de voz fixa residencial, além do impacto do cenário macroeconômico no negócio corporativo.



TV por assinatura - atingiu 1.588 mil clientes em 2017, redução de 7,3% em relação a 2016, refletindo a seletividade da Companhia com foco em clientes de maior valor. O IPTV atingiu 381 mil usuários, um crescimento anual de 50,8%.

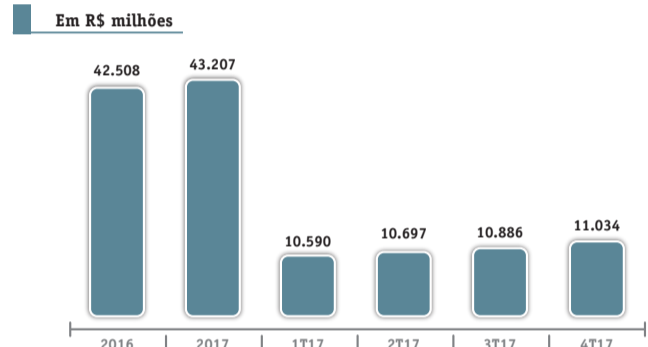


Dessa forma, a Companhia encerrou 2017 com 97.797 mil clientes, um crescimento de 0,7% em relação ao ano anterior, uma vez que as desconexões de clientes de voz fixas estão sendo compensadas pelas adições de clientes móveis, principalmente pós-pagos.

4. Desempenho Financeiro

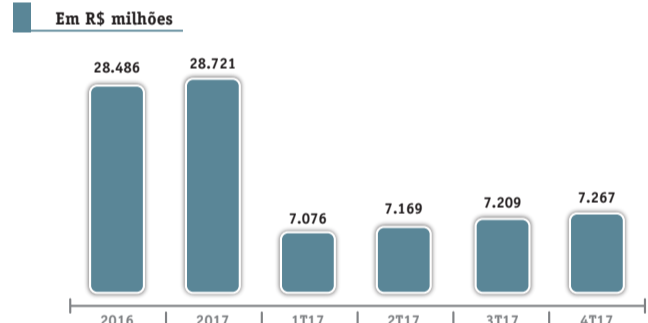
4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2017, a Companhia apurou receita operacional líquida consolidada de R\$ 43.207 milhões, aumento de 1,6% em comparação a 2016, quando registramos receita líquida de R\$ 42.508 milhões. Contribuíram para esse crescimento as maiores receitas de dados e serviços digitais móveis, principalmente internet móvel, além da banda larga fixa, parcialmente compensadas pela redução dos valores das chamadas fixo-móvel e pela redução da tarifa de interconexão, tanto fixa quanto móvel, determinadas pelo órgão regulador.



4.2. Custos e Despesas operacionais

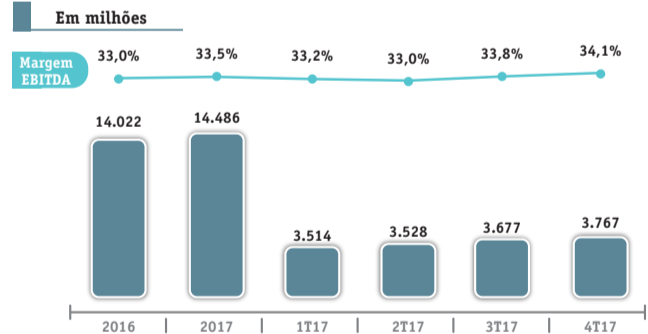
Os custos operacionais, excluindo depreciação e amortizações, atingiram R\$ 28.721 milhões em 2017, um aumento de 0,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R\$ 28.486 milhões), e abaixo da inflação do período de 2,9%. O incremento é explicado, principalmente, por maiores custos com comercialização de serviços, em função do reaquecimento da atividade comercial. Este efeito é parcialmente compensado pela redução dos custos com serviços prestados, devido à redução dos valores de interconexão fixa e móvel ocorrida em fevereiro de 2017, além dos menores custos com *call center*, reflexo da simplificação das ofertas e do processo de digitalização da Companhia.



4.3. Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras Líquidas e Equivalência Patrimonial
O lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e equivalência patrimonial consolidadas aumentou em 4,1%, passando de R\$ 6.368 milhões em 2016 para R\$ 6.632 milhões em 2017, em função, principalmente, do melhor desempenho operacional.

4.4. EBITDA

O EBITDA foi de R\$ 14.486 milhões em 2017, aumento de 3,3% em relação aos R\$ 14.022 milhões registrados em 2016. Por sua vez, a Margem EBITDA alcançada em 2017 foi de 33,5%, incremento de 0,5 p.p. em relação à margem de 33,0% registrada no ano anterior. Contribuíram para esse resultado a maior receita de serviços móveis, além das medidas de eficiência de custos adotadas pela Companhia.



Em milhões de reais - Consolidado	2017	2016
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial (*)	6.632,2	6.368,0
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	5.963,1	5.821,6
Em despesas de comercialização de serviços	1.433,3	1.409,0
Em despesas gerais e administrativas	457,3	423,8
EBITDA	14.485,9	14.022,4
Margem EBITDA		
a) EBITDA	14.485,9	14.022,4
b) Receita operacional líquida (*)	43.206,8	42.508,4
a)/b)	33,5%	33,0%

(*) Vide demonstrações de resultados.

4.5. Endividamento e Resultado financeiro

Em milhões de reais - Consolidado	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	(3.494,9)	(5.255,0)
Debêntures	(4.520,8)	(3.554,3)
Contraprestação Contingente GVT	(446,1)	(414,7)
Endividamento total	(8.461,8)	(9.224,1)
Operações com derivativos	143,8	28,4
Endividamento após derivativos	(8.318,1)	(9.195,7)

A Companhia encerrou o exercício de 2017 com dívida bruta de R\$ 8.318 milhões (R\$ 9.196 milhões em 2016) ou 12,0% do patrimônio líquido (13,3% em 2016). Os recursos captados são 3% denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano e cesta de moedas - UMBNDES) e 97% denominados em moeda nacional, sendo que a totalidade da dívida em moeda estrangeira está coberta por operações de *hedge*.

4.6. Resultado do Exercício

A consolidação dos resultados do exercício, apurado conforme os critérios da legislação societária, apresenta Lucro Líquido de R\$ 4.609 milhões em 2017 (R\$ 4.085 milhões em 2016), montante 12,8% superior ao mesmo período de 2016. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2017 foi de 10,7% (9,6% em 2016).

Em milhões de reais - Consolidado	2017	2016
a) Lucro líquido do exercício (*)	4.608,8	4.085,2
b) Receita operacional líquida (*)	43.206,8	42.508,4
a)/b)	10,7%	9,6%

(*) Vide demonstrações de resultados.

4.7. Investimentos

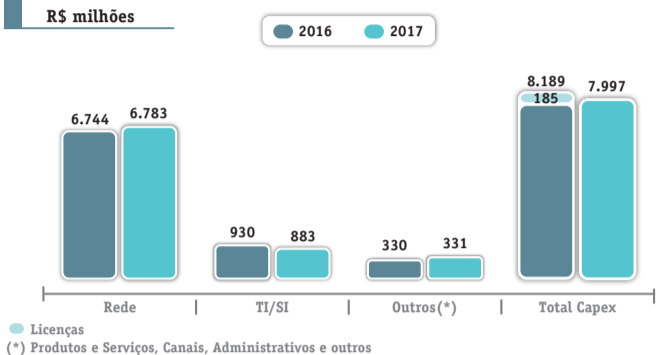
Em 2017, a Companhia investiu R\$ 7.997 milhões, valor levemente inferior ao ano anterior (R\$ 8.189 milhões) em função da aquisição de novas licenças de espectro em 2016. Desconsiderando o valor de aquisição dessas licenças, tivemos uma manutenção nos valores aplicados em projetos, demonstrando o compromisso contínuo da Telefônica Brasil com o país. Estes investimentos procuram consolidar a liderança da Companhia no mercado Brasileiro, alavancando os resultados no curto prazo, através de uma maior e melhor oferta aos nossos clientes.

Com relação aos investimentos em projetos, 75% do total investido foi alocado no crescimento e qualidade dos nossos serviços, permitindo atender cada vez melhor uma sociedade cada vez mais conectada, e suportando o crescimento da demanda de dados por parte dos nossos clientes, tanto nos serviços fixos como nos móveis, assim como no mercado corporativo.

Em 2017, continuamos expandindo nossos serviços de telefonia fixa, incorporando 16 novas cidades com serviços de fibra ótica (FTTH) e mais de 400 mil novos acessos. Desta forma, a Telefônica Brasil está presente com FTTH em 87 cidades com mais de 7 milhões de *homes passed* a nível nacional. Adicionalmente, expandimos os serviços de TV por assinatura através da tecnologia IPTV para 65 municípios, mais que dobrando a quantidade de municípios atendidos ao final de 2016 (32 municípios). Essa rede tem sido ocupada pela aceleração da atividade comercial, superando a marca de 1,2 milhão de clientes FTTH e 380 mil clientes IPTV em 2017.

Fizemos importantes investimentos na manutenção e expansão do serviço de voz e internet móvel, responsáveis por parte importante das nossas receitas. Em 2017, aceleramos a implantação do 4G atingindo a marca de 2.600 municípios, sendo 118 com tecnologia 4G+ e 397 com LTE em 700MHz. Além disso, melhoramos a qualidade de sinal em diversas regiões e aplicamos recursos importantes em ações de manutenção (proativa e reativa).

A Telefônica Brasil investiu também na integração dos sistemas e redes de telecomunicações do negócio fixo e móvel, além de melhorar a nossa infraestrutura de suporte ao negócio (sistemas, pontos de venda e atendimento). Em 2017, continuamos investindo na melhoria dos sistemas operacionais, expansão e evolução na consolidação de *data centers*, com destaque para a transformação do ambiente de faturamento e dos projetos de *Big Data*, que darão suporte ao lançamento de novos produtos e serviços, com foco principal na experiência do cliente.



5. Mercado de Capitais

A Telefônica Brasil possui ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) negociadas na B3 sob os símbolos VIVT3 e VIVT4, respectivamente. A Companhia também possui ADRs negociados na NYSE, sob o símbolo VIV. As ações VIVT3 e VIVT4 encerraram o ano de 2017 cotadas a R\$ 41,20 e R\$ 48,62, apresentando, respectivamente, valorização anual de 13,2% e 10,3%, frente à elevação anual de 26,9% do Índice Bovespa. As ADRs finalizaram o ano cotadas a US\$ 14,83, valorizando 10,8% no período, frente a um aumento do Índice *Dow Jones* de 25,1%.

O volume financeiro médio diário das ações VIVT3 e VIVT4 no ano foi de R\$ 925 mil e R\$ 80.307 mil, respectivamente. No mesmo período, o volume médio diário de ADRs foi de US\$ 20.248 mil.

2017	Deliberação	Posição Acionária	Total Bruto (milhões de reais)	Total Líquido (milhões de reais)	Ações	Bruto por ação (em reais)	Líquido por ação (em reais)	Início do Pagamento
Dividendos (base em dez/17)	12/04/2018	12/04/2018	2.191,9	2.191,9	ON	1,217277	1,217277	Até 31/12/2018
JSCP (base em nov/17)	14/12/2017	26/12/2017	1.486,6	1.263,6	PN	1,339005	1,339005	Até 31/12/2018
JSCP (base em ago/17)	18/09/2017	29/09/2017	305,0	259,3	ON	0,825623	0,701779	Até 31/12/2018
JSCP (base em mai/17)	19/06/2017	30/06/2017	95,0	80,8	PN	0,169385	0,143978	Até 31/12/2018
JSCP (base em fev/17)	20/03/2017	31/03/2017	350,0	297,5	ON	0,186324	0,158375	Até 31/12/2018
JSCP (base em jan/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	PN	0,052759	0,044845	Até 31/12/2018
JSCP (base em jan/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	ON	0,194377	0,165220	Até 31/12/2018
JSCP (base em jan/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	PN	0,213814	0,181742	Até 31/12/2018
JSCP (base em jan/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	ON	0,099965	0,084970	Até 31/12/2018
JSCP (base em jan/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	PN	0,109962	0,093467	Até 31/12/2018

Tais declarações resultaram em um *payout* de 99,99% para o ano de 2017.

5.2. Posição Acionária

31 dezembro 2017	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	540.033.264 94,47%	704.207.855 62,91%	1.244.241.119 73,58%
Minoritários	29.320.789 5,13%	415.131.868 37,09%	444.452.657 26,27%
Tesouraria	2.290.164 0,40%	983 0,00%	2.291.147 0,14%
Número total de ações	571.644.217	1.119.340.706	1.690.984.923

Valor patrimonial por ação: R\$ 41,13

Capital subscrito/integralizado: R\$ 63.571,4 milhões

5.3. Eventos Societários

Em 3 de julho de 2017, a Companhia comunicou que sua subsidiária integral Telefônica Data S.A. ("TData") adquiriu naquela data a totalidade das ações representativas do capital social da Terra Networks Brasil S.A. ("Terra Networks"), pertencentes à SP Telecomunicações Participações S.A. ("SPTI"), acionista controladora da Companhia ("Operação").

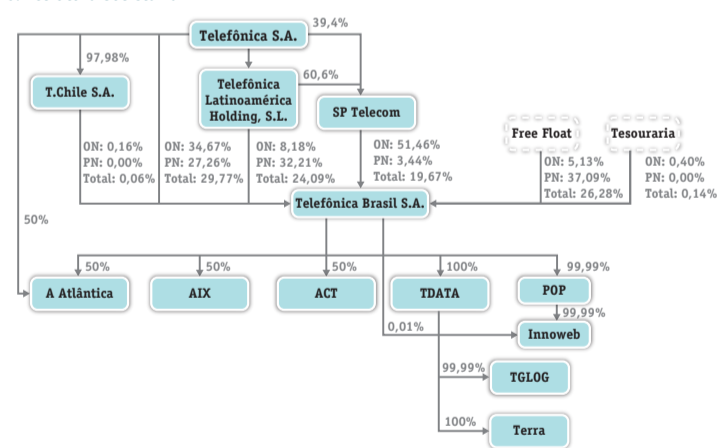
A Terra Networks é prestadora de serviços digitais (serviços de valor agregado ("SVA") próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais *mobile* para vendas e relacionamento) e publicidade. A TData é uma sociedade que se dedica à exploração de SVA, bem como de soluções empresariais integradas em telecomunicações, assistência técnica de equipamentos e redes de telecomunicações, manutenção de equipamentos e redes e elaboração de projetos.

A Operação tem como objetivo possibilitar uma ampliação e integração da oferta comercial de serviços digitais que podem agregar valor imediato à carteira de clientes da TData e da Companhia, bem como gerar oferta de serviços da TData para a base de clientes e assinantes dos serviços da Terra Networks e, graças à abrangência nacional de atuação e expertise da Terra Networks, gerar alavancagem do negócio de publicidade da TData. Além disso, dado que a Companhia possui competências para a criação de novos produtos digitais de mídia para *mobile* e publicidade e a Terra Networks possui *know how* de venda, atendimento e operações de serviços digitais para clientes específicos, a aquisição pela TData também facilitará a troca de *know how* entre as sociedades envolvidas, além de maximizar a unificação das condições comerciais mantidas com fornecedores, tanto da TData como da Terra Networks, bem como com os fornecedores comuns.

O preço total pago pela TData como contraprestação pela aquisição das ações de emissão da Terra Networks, foi de R\$ 250 milhões, em parcela única, sem necessidade de qualquer financiamento, utilizando-se apenas o caixa disponível da TData. O referido valor foi calculado com base no valor econômico da sociedade, segundo o critério de fluxo de caixa descontado, baseado em laudo de avaliação contratado pela Diretoria da TData.

A Operação não está sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou aprovações por órgãos da Companhia e da forma como foi estruturada não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração no crescimento de serviços digitais e aumento da eficiência operacional, não havendo custos relevantes relacionados à Operação.

6. Estrutura Societária



7. Governança Corporativa

Os princípios fundamentais de governança corporativa da Telefônica Brasil S.A. ("Telefônica Brasil" ou "Companhia") estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários. Os objetivos desses princípios, que norteiam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- A maximização do valor da Companhia;
- A transparência na prestação das contas da Companhia e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
- A transparência nas relações com os acionistas, empregados, investidores, clientes e órgãos públicos;
- A igualdade no tratamento dos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração na supervisão e administração da Companhia e na prestação de contas aos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração no que se refere à Responsabilidade Corporativa, garantindo a perenidade da organização.

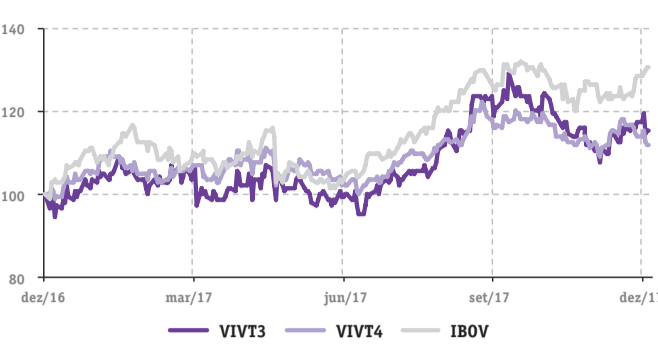
Inspirada nesses conceitos e com a finalidade de promover uma boa governança corporativa e aumentar a qualidade das divulgações de informações, a Companhia tem instituído medidas a fim de tornar suas práticas claras e objetivas e evitar conflitos de interesse. Acredita que essas medidas beneficiam os acionistas, investidores atuais e futuros, bem como o mercado em geral. Dentre as medidas adotadas, destacam-se:

- Implantação das seguintes normativas internas:
 - Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários: estabelece as práticas de divulgação, uso e preservação de sigilo de atos ou fatos relevantes da Companhia, fixando as obrigações e os mecanismos de sua divulgação ao mercado pelas Pessoas Vinculadas, bem como estabelece as condutas, regras, restrições e procedimentos que deverão ser observados pelas Pessoas Vinculadas e pelas Pessoas com Acesso à Informação Relevante quando da negociação com valores mobiliários da Companhia.
 - Normativa sobre Comunicação de Informação aos Mercados: regula os princípios de funcionamento dos processos e sistemas de controle das informações a serem divulgadas aos mercados. Visa a garantir a qualidade e o controle sobre tais informações conforme as regras dos mercados em que são negociados os valores da Companhia.
 - Normativa Sobre Registro, Comunicação e Controle de Informação Financeiro-Contábil: regula os procedimentos internos e os mecanismos de controle da preparação da informação financeiro-contábil da Companhia, garantindo a adoção de práticas e políticas contábeis adequadas.
 - Normas de Conduta para Financeiros: fixa padrões de conduta para os cargos de responsabilidade relacionados com as finanças da Companhia, regulamentando o acesso e utilização das informações privilegiadas.
 - Normativa sobre Aprovação Prévia de Serviços a serem prestados pelo Auditor Externo: estabelece critérios e procedimento para a contratação de serviços dos auditores independentes, sempre com a aprovação prévia do Comitê de Auditoria e Controle. Suas disposições consideram as normas da CVM relativas à matéria, bem como a legislação aplicável.
 - Diretrizes de Prevenção e Combate à Corrupção: reúnem e esclarecem as medidas adotadas pela Companhia para coibir e combater práticas de corrupção na condução de suas atividades e em toda sua cadeia de fornecedores.
 - Princípios de Negócio Responsável: definem a maneira como a Telefônica desenvolve suas atividades e como ela se relaciona com os seus públicos de interesse. Mais que um código de ética, os Princípios de Negócio Responsável ajudam a tomar decisões e agir com integridade e profissionalismo em tudo que é feito na Telefônica. Eles se aplicam a todos os colaboradores, que devem colocá-los em prática em seu dia a dia e recorrer a eles sempre que se depararem com alguma questão ética que não saibam como resolver. São compartilhados com os clientes, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas. Toda prática e/ou atitude que represente um descolamento a estes poderá ser denunciada através de canal específico, com link sistêmico no próprio site dos Princípios de Negócio Responsável.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações no último ano:

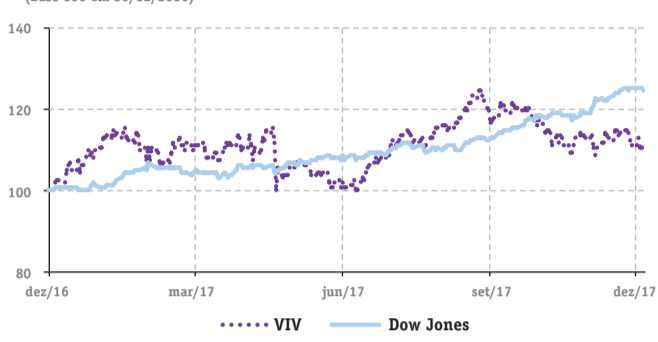
Desempenho Ações - B3

(Base 100 em 30/12/2016)



Desempenho Ações - NYSE

(Base 100 em 30/12/2016)



5.1. Política de remuneração ao acionista

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia deve distribuir com dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária. Os juros sobre capital próprio e dividendos declarados pela Telefônica Brasil, com base no lucro de 2017, totalizaram R\$ 4,6 bilhões, conforme relacionado na tabela a seguir:

2017	Deliberação	Posição Acionária	Total Bruto (milhões de reais)	Total Líquido (milhões de reais)	Ações	Bruto por ação (em reais)	Líquido por ação (em reais)	Início do Pagamento
Dividendos (base em dez/17)	12/04/2018	12/04/2018	2.191,9	2.191,9	ON	1,217277	1,217277	Até 31/12/2018
JSCP (base em nov/17)	14/12/2017	26/12/2017	1.486,6	1.263,6	PN	1,339005	1,339005	Até 31/12/2018
JSCP (base em ago/17)	18/09/2017	29/09/2017	305,0	259,3	ON	0,825623	0,701779	Até 31/12/2018
JSCP (base em mai/17)	19/06/2017	30/06/2017	95,0	80,8	PN	0,169385	0,143978	Até 31/12/2018
JSCP (base em fev/17)	20/03/2017	31/03/2017	350,0	297,5	ON	0,186324	0,158375	Até 31/12/2018
JSCP (base em jan/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	PN	0,052759	0,044845	Até 31/12/2018
JSCP (base em jan/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	ON	0,194377	0,165220	Até 31/12/2018
JSCP (base em jan/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	PN	0,213814	0,181742	Até 31/12/2018
JSCP (base em jan/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	ON	0,099965	0,084970	Até 31/12/2018
JSCP (base em jan/17)	13/02/2017	24/02/2017	180,0	153,0	PN	0,109962	0,093467	Até 31/12/2018



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Além das competências legais e daquelas que venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração, são competências e atribuições do Comitê de Auditoria e Controle:

(a) propor ao Conselho a indicação dos auditores independentes bem como a substituição de tais auditores independentes, cabendo ao Comitê de Auditoria: (i) recomendar ao Conselho a remuneração a ser paga aos auditores independentes da Companhia; (ii) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de qualquer outro serviço à Companhia; e (iii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade de serviços prestados e a adequação dos serviços às necessidades da Companhia;

(b) analisar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, inclusive orçamentos de capital, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho;

(c) analisar as informações financeiras elaboradas e divulgadas periodicamente pela Companhia;

(d) analisar o relatório de transações com partes relacionadas, nos termos estabelecidos na Política para Transações com Partes Relacionadas;

(e) avaliar a efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias, cabendo ao Comitê de Auditoria: (i) acompanhar as atividades da área de controles internos da Companhia; (ii) acompanhar as atividades da auditoria interna e compliance da Companhia, inclusive aquelas relacionadas as denúncias recebidas pelo canal de denúncias da Companhia conexas ao escopo de suas respectivas atividades, opinando ou dando o devido encaminhamento e providências às denúncias; e (iii) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos e contingências;

(f) analisar as propostas dos órgãos de administração relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, transformação, incorporação, fusão ou cisão, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho;

(g) avaliar a observância, pela diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou a diretoria da Companhia; e elaborar parecer anual a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

7.7. Comitê de Nomeações, Vencimentos e Governança Corporativa

Foi instituído em novembro de 1998, como órgão auxiliar e vinculado ao Conselho de Administração, dispondo de um regimento próprio. De acordo com o regimento do Comitê, o órgão será composto de três a cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração entre seus pares, com mandato unificado de três anos, permitida a reeleição. O término do prazo de mandato dos seus membros sempre coincide com o término do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração. No entanto, e desde que vigente o seu mandato como membro do Conselho de Administração, os membros do Comitê permanecem em seus respectivos cargos até eleição de seus substitutos pelo Conselho de Administração. Atualmente, o Comitê de Nomeações, Vencimentos e Governança Corporativa é composto por três membros.

Além das competências que venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração, são competências e atribuições do Comitê de Nomeações, Vencimentos e Governança Corporativa:

(a) recomendar propostas de alteração ao estatuto social da Companhia;

(b) apreciar as propostas de nomeação de membros dos demais Comitês, para posterior aprovação pelo Conselho;

(c) recomendar propostas de nomeação e de destituição dos diretores estatutários da Companhia, para posterior aprovação pelo Conselho;

(d) deliberar sobre as propostas de contratação, remuneração e promoção de vice-presidentes e diretores não-estatutários de níveis A, B e C da Companhia;

(e) analisar, anualmente, o montante global da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado;

(f) deliberar sobre os reajustes anuais dos colaboradores dos níveis gerenciais (programa anual, premissas e orçamento) e não-gerenciais (programa, premissas e orçamento), incluindo os acordos coletivos de trabalho da Companhia (estratégia de negociação e orçamento) a serem firmados com os sindicatos representativos das categorias dos empregados da Companhia, bem como analisar e aprovar os programas de participação nos lucros ou resultados da Companhia, sempre e quando os mesmos tenham suas regras alteradas; e

(g) apreciar temas de governança corporativa submetidos pela diretoria estatutária da Companhia, recomendando-os, quando aplicável, ao Conselho.

7.8. Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial

Foi instituído em dezembro de 2004, como órgão auxiliar e vinculado ao Conselho de Administração, dispondo de um regimento próprio. De acordo com o regimento do Comitê, o órgão será composto de três a cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração entre seus pares, com mandato unificado de três anos, permitida a reeleição. O término do prazo de mandato dos seus membros coincide com o término do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração. No entanto, e desde que vigente o seu mandato como membro do Conselho de Administração, os membros do Comitê permanecem em seus respectivos cargos até eleição de seus substitutos pelo Conselho de Administração. Atualmente, o Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial é composto por três membros.

Além das competências que venham a ser atribuídas pelo Conselho, são competências e atribuições do Comitê de Qualidade:

(a) avaliar e monitorar a adequação dos serviços de atendimento aos clientes da Companhia, bem como propor melhorias quando forem encontradas oportunidades;

(b) examinar, analisar e acompanhar, periodicamente, os índices de qualidades dos principais serviços prestados pela Companhia e os níveis de qualidade do atendimento aos clientes da Companhia, recomendando eventuais ações quando forem identificadas oportunidades; e

(c) examinar, analisar e acompanhar, periodicamente, os planos e as ações de qualidade da Companhia.

7.9. Comitê de Estratégia

Foi instituído em outubro de 2016, como órgão auxiliar e vinculado ao Conselho de Administração, dispondo de um regimento próprio. De acordo com o regimento do Comitê, o órgão será composto de três a cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração entre seus pares, com mandato unificado de três anos, permitida a reeleição. O término do prazo de mandato dos seus membros coincide com o término do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração. No entanto, e desde que vigente o seu mandato como membro do Conselho de Administração, os membros do Comitê permanecem em seus respectivos cargos até eleição de seus substitutos pelo Conselho de Administração. Atualmente, o Comitê de Estratégia é composto por três membros.

Além das competências que venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração, são competências e atribuições do Comitê de Estratégia:

(a) analisar e acompanhar a política de estratégia da Companhia; e

(b) apreciar outros assuntos de interesse estratégico da Companhia, submetidos pela diretoria estatutária da Companhia.

7.10. Auditores Independentes

Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Sociedade e suas controladas informam que a política da Sociedade junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.

Durante o exercício de 2017, não foram contratados serviços que não fossem de auditoria externa junto ao auditor independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

8. Recursos Humanos

Em 2017, seguimos reforçando as ações do programa estratégico global do Grupo Telefônica, o Escolhemos Tudo, que localmente se desdobrou nas ações do Viva Tudo, fortalecendo ainda mais nossa cultura de alta performance.

Com o Viva Tudo, foram definidos 4 eixos de atuação que permearam as atividades em toda a empresa: Foco em Resultados, Atuação Transversal e Integrada, Princípios de Ética e Responsabilidade e Atitude de Dono. A partir destes eixos desenhamos novas ações e revisamos alguns programas internos, com o objetivo de avançar a transformação digital de nossa empresa. Por meio de ferramentas que apoiam a gestão, o desenvolvimento de lideranças, de talentos e os diversos programas de educação corporativa buscamos garantir que nossos colaboradores estejam preparados para os desafios e oportunidades que essa transformação nos traz.

Acreditamos que só conseguimos entregar com excelência para o mercado o que é natural aqui dentro e que faz parte do dia a dia das pessoas que trabalham na Telefônica. Assim, a experiência do colaborador com os serviços de RH também evoluiu, ficando mais digital, leve, flexível e focada no autoatendimento, e refletindo internamente os valores que guiam nossa atuação com os clientes e sociedade. O reflexo desse trabalho apareceu em nossa pesquisa de Clima Organizacional, com adesão recorde de 91% do público elegível, e o Índice de Favorabilidade de 86% (em 2016 obtivemos 82% nesse mesmo indicador). Por meio dos resultados da pesquisa a equipe da VP Pessoas e os gestores conseguem mapear os pontos de melhoria de nosso clima e trabalhar planos de ação, apoiados por uma ferramenta online que traz diversas análises quantitativas dos resultados.

8.1. Interação

Em 2017, fortalecemos a ligação com o nosso tempo por meio de movimentos de engajamento, celebrações e reconhecimento. Criamos ações que reforçam nossa transformação digital, a valorização das nossas equipes e o estímulo para o vínculo emocional entre colaborador e empresa, além de contribuir para um bom clima organizacional. Destacamos as ações:

- Celebrações:** seguimos com os quatro modelos de celebrações, com o objetivo de fortalecer os laços da empresa com seus colaboradores e suas famílias. Celebramos o Dia das Mães, o Dia dos Pais e o Dia das Crianças. Também realizamos as Comemorações de fim de ano, com reunião de times em todas as cidades para comemorar as entregas do ano.

- Reconhecimento:** reforçamos o Gente de Valor, nosso programa de reconhecimento corporativo multiplataforma, que permite reconhecimento em diferentes níveis hierárquicos. Na modalidade Colega do programa Gente de Valor, qualquer colaborador pode reconhecer um colega, a qualquer momento, por meio do envio de medalhas virtuais vinculadas aos valores da Telefônica. No Brasil, foram mais de 47.400 reconhecimentos realizados. Pelo Troféu Valor em Qualidade foram reconhecidas as melhores iniciativas que incrementam a experiência do cliente. Cerca de 100 projetos foram inscritos e 7 equipes reconhecidas. Neste ano foi lançado o Prêmio Viva Tudo, que reconheceu os melhores projetos vinculados às estratégias corporativas. Foram 190 projetos inscritos, envolvendo mais de 1.700 colaboradores nesta iniciativa. Também reforçamos a modalidade Gente de Valor - Gestor, para todos os públicos da empresa.

(Administrativo, Lojas, *Callcenter* e Técnicos de Instalação). Esta ação reconhece publicamente integrantes da equipe, com a entrega de um brinde corporativo.

O ano de 2017 foi marcado pelo lançamento da nova intranet, uma plataforma mais moderna, acessível onde e quando quiser e com a possibilidade de personalização de perfil do usuário. Neste canal foram divulgadas cerca de 1.200 notícias, com uma média de 720 mil visualizações/ano. Também foi destaque em comunicação a série Direto do Presidente, que aproximou os colaboradores e a alta direção. Este programa foi realizado em três formatos: Eduardo Responde (vídeos de colaboradores realizando perguntas ao presidente); Circuito Executivo (registro das reuniões de trabalho do presidente nas diversas regionais) e Entrevista (bate-papo no qual o presidente comenta os resultados financeiros do trimestre).

8.2. Remuneração

A Companhia adota estrutura salarial e políticas de remuneração compatíveis com as melhores práticas de mercado. O objetivo é atrair e reter os melhores profissionais em um segmento muito competitivo e reconhecer o desempenho individual de acordo com o cumprimento de metas e resultados alcançados. Os programas de remuneração variável e ampla variedade de benefícios complementam o pacote de remuneração total.

O conceito de remuneração total tem como propósito pagar salário nominal na mediana do mercado composto pelas empresas que mais agressivamente remunerar seus empregados. Em 2017, 4.811 profissionais foram promovidos e 6.388 foram contemplados no processo de incremento salarial, totalizando 11.199 profissionais com aumento de remuneração, além dos reajustes legais aplicados.

8.3. Recrutamento e Seleção e Programas de Desenvolvimento

Na Telefônica Brasil atraímos e retemos os melhores talentos do mercado, por meio de processos seletivos e de desenvolvimento criteriosos, contando com o apoio de plataformas online de Recrutamento e Seleção e de ferramentas de avaliação adequadas a cada nível de complexidade - do operacional ao estratégico. Adicionalmente, contamos com um importante processo de Recrutamento Interno, que dá visibilidade e oportunidades de carreira para todos os colaboradores. Em todos os processos seletivos a Telefônica adota ações que suportam a redução das desigualdades, condizentes às melhores práticas para a diversidade e inclusão, reforçando nossa crença em que todas as pessoas têm direito a igualdade de tratamento e acesso a oportunidades.

Para fortalecer nosso posicionamento e avançar a atração de talentos da nova geração estamos presentes em diversos eventos universitários. Em 2017, participamos de quatro feiras de recrutamento, realizamos dez *road shows* e transmitimos quatro *webinars* com a participação de nossos executivos, impactando aproximadamente 30 mil candidatos potenciais.

Em 2017, foram investidos aproximadamente R\$ 67,2 milhões em educação com mais de 464 mil participações de colaboradores efetivos e 331 mil participações de parceiros em nossas ações de treinamento, somando um total de 2.179 mil horas/capacitação para colaboradores próprios e 2.077 mil horas/capacitação para parceiros, entre presenciais e *online*. Reforçamos o papel da educação digital por meio do portal Success Factors, sendo que 27% das ações de treinamento para efetivos foram realizadas por meio de educação digital. Nossas ações educacionais corporativas tiveram foco na promoção do *mindset* digital, com o lançamento da plataforma Digital Learning (hub de cursos online ofertados por parceiros educacionais sobre temas relacionados a inovação e tecnologia, carreira e autodesenvolvimento). Também fomentamos direcionadores importantes por meio da aplicação de cursos obrigatórios para todos os colaboradores sobre *compliance*, privacidade e segurança dos dados e fomento aos nossos princípios de atuação e negócios responsáveis. Seguimos com a promoção de certificações técnicas importantes para o negócio e subsídios a cursos de especialização profissional e idiomas.

Pelo terceiro ano consecutivo realizamos a Semana do Autodesenvolvimento, que em 2017 ocorreu no período de 06 a 10 de novembro, e trouxe 84 ações (entre palestras, *talk shows*, oficinas e cines) em 12 cidades, que somaram 4.626 participações presenciais. As ações tiveram foco no tema Transformação Digital e desenvolvimento pessoal e foram realizadas por profissionais externos, executivos e especialistas da empresa, que compartilharam seus conhecimentos e informações com os colaboradores. As ações que tomaram o palco da matriz em São Paulo foram transmitidas via *streaming* para todo o Brasil, 6.581 usuários acessaram a plataforma durante o evento e os vídeos seguem disponíveis para visualização a qualquer momento. Uma nova ação lançada em 2017, desenhada especialmente para promover a Transformação Digital foi o Digital Day. A iniciativa promovida pelo Digital Learning consiste em um dia de palestras e mini workshops sobre os temas digitais do momento, em fóruns presenciais e com transmissão ao vivo.

Em 2017, ocorreram 2 versões da ação em São Paulo (uma ocupando o segundo dia da Semana do Autodesenvolvimento) e 4 versões *pocket* do Digital Day que ocorreram nas regionais (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba). Todas as versões do evento somaram 1.395 participações presenciais e 3.274 participações via *streaming*.

Outro movimento importante é promovido pelo programa Cliente em Foco, que tem como objetivo apoiar os executivos a vivenciarem a experiência completa do cliente, colocando-se em seu lugar e percebendo suas reais necessidades. Desde o seu lançamento, em outubro de 2015, 283 colaboradores tiveram a oportunidade de participar desta ação, percorrendo as áreas com um olhar cuidadoso e criativo sobre a operação. Em 2017, o Cliente em Foco foi realizado nas cidades de Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte e São Paulo.

Reconhecendo a importância da atração de novos talentos para a sustentabilidade e crescimento do negócio, em 2017 investimos em três programas voltados a esse público:

- Jovens Talentos Telefônica: com mais de 11 mil inscritos para as posições de Trainee e quase 9 mil para Estágio, o programa retomado esse ano selecionou 31 trainees e 40 estagiários para compor nosso quadro, tornando-se uma importante fonte de captação de talentos da empresa. Com uma trilha de desenvolvimento de até dois anos de duração, os jovens são preparados para atuarem no ambiente corporativo e participam de projetos que os tornam mais adaptados à cultura da organização.

- Young Leaders Programme: iniciativa global da Telefônica que tem o objetivo de desenvolver as competências digitais, de transformação e de liderança dos jovens talentos de diferentes operações do Grupo Telefônica no mundo. Com duração de dois anos, o Young Leaders seleciona e capacita os jovens em um extenso programa de desenvolvimento que inclui módulos de treinamentos na Universidade Telefônica, na Espanha. Foram 7 jovens brasileiros formados no ciclo 2016 e 10 jovens iniciando o ciclo 2017.

- One Young World 2017: com foco no público jovem (até 30 anos), a Telefônica selecionou 4 jovens talentos brasileiros para representarem a empresa no fórum que aconteceu na Colômbia. Em 4 dias de evento os jovens puderam ampliar o *networking*, se empoderar e desenvolver soluções para alguns dos problemas críticos do mundo.

Também trabalhamos fortemente o desenvolvimento das lideranças, com programas presenciais direcionados aos diversos níveis do nosso *pipeline* de Líderes, buscamos alavancar os resultados e fortalecer a cultura da empresa:

- Programa Mentoring Corporativo: lançado em 2017 com o objetivo de acelerar o desenvolvimento da liderança preparando-a para os desafios atuais e futuros da Telefônica. O programa contou com a participação de 30 Mentores e 60 Mentorados compartilhando conhecimentos, trocando experiências e ampliando o *networking*, resultando em um verdadeiro processo de crescimento bidirecional.
- Academia de Líderes: promove a cultura e a estratégia organizacional, por meio de um portfólio de cursos que é atualizado constantemente, sendo que atualmente conta com 20 temas relevantes sobre liderança e temas relacionados ao negócio. Realizada em 10 localidades espalhadas pelo Brasil, a Academia contou com 2.867 participantes de janeiro a dezembro de 2017.

- Universidade Telefônica (Barcelona): por meio de programas internacionais de desenvolvimento, reforçamos nossa conexão com a estratégia global do Grupo Telefônica e preparamos os executivos para os desafios do negócio. Em 2017, enviamos 184 líderes para a Universidade Telefônica em Barcelona (entre Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes e Coordenadores), para participar de 6 diferentes cursos.
- Programa de Coaching: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2017, direcionamos 18 executivos, com base nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de Coaching com renomadas Consultorias do mercado.

Uma das principais ferramentas da empresa, que apoia a gestão das equipes e direciona os planos de desenvolvimento dos colaboradores, é a Avaliação de Performance. Com público elegível de aproximadamente 17.200 colaboradores ela é direcionada aos profissionais das áreas administrativas e gestores. Por meio dessa ferramenta é possível analisar, de maneira consistente e com evidências, como está a performance dos colaboradores em relação aos objetivos estabelecidos e valores da empresa, e também abre espaço para o *feedback* e fornece com clareza informações sobre as oportunidades de melhoria. O ciclo de 2017 iniciou-se no primeiro semestre do ano e será concluído no início de 2018, com a realização da avaliação final.

Com foco na estratégia e sustentabilidade do negócio, realizamos o *Management Review* que tem por objetivo identificar os colaboradores com potencial para assumir uma posição de maior complexidade e mapear os futuros sucessores das posições Executivas. O Management Review contribui com o desenvolvimento sistêmico das pessoas baseado nos objetivos do negócio e nas necessidades individuais, impulsionando o desenvolvimento de líderes e equipes, tornando-os mais preparados para enfrentar o cenário de transformação do setor. Em 2017, foram 1.174 posições analisadas, entre Gerentes de Divisão e Gerentes de Seção. Este processo contemplou: análise da performance, de potencial (com subsídio da metodologia *Learning Agility*) e de prontidão.

8.4. Benefícios

Em 2017, a Companhia investiu mais de R\$ 762 milhões em benefícios para os seus profissionais (33.622 empregados em dezembro de 2017), com destaque para:

- R\$ 260,3 milhões em gastos com saúde (saúde assistencial e ocupacional);

- R\$ 54,7 milhões investidos em Previdência Privada em que a Companhia também contribui, em percentual estabelecido, a favor dos profissionais.

Quanto aos gastos com saúde, a Companhia mantém uma área dedicada à Saúde e Qualidade de Vida, que atua em todo o território nacional com estrutura de vinte ambulatórios nas principais capitais do Brasil, promovendo atendimento aos colaboradores em seu local de trabalho, de forma personalizada e qualificada. São serviços devidamente equipados, com equipe médica e de enfermagem que prestam assistência integrada. A Telefônica Brasil possui um Programa de Qualidade de Vida baseado em três pilares (Cuidar, Acolher e Nosso Clube), alinhados ao programa mundial *Feel Good*, com portal próprio na Intranet corporativa e que, em 2017, realizou ações como:

- Ambulatórios:** atendimento médico com clínicos, ginecologistas e obstetras nos ambulatórios *in company*, com 87.516 mil colaboradores atendidos.
- Programa Feel Good Nutrição:** atendimento dos colaboradores em prédios administrativos e *call centers* mais populosos que contemplam ambulatório, com 11.740 mil colaboradores atendidos.
- Programa Feel Good Cura Fresca:** atendimento psicológico em prédios administrativos e *call centers* mais populosos e que contemplam ambulatório, com 6.853 mil colaboradores atendidos.
- Programa Conte Comigo:** atendimento psicológico, jurídico, assistência social e consultoria financeira com atendimento ao público administrativo em todo território nacional.
- Programa de Ginástica Laboral:** atendimento ao público de *call centers* em Curitiba, Fortaleza e Maringá.
- Programa de Check-up:** pacote de exames para os executivos diretivos em Hospitais de referência para promoção à saúde.
- Campanha de vacinação contra gripe:** vacinação em todo território nacional com mais de 33.956 mil colaboradores e dependentes imunizados.
- Plano de Saúde:** benefício saúde em todo território nacional contemplando todos os colaboradores com direito a consultas, exames, urgências e internações em hospitais.
- Parceria institucional:** com Ministério da Saúde, órgãos públicos e ONGs, em campanhas de prevenção à saúde nas ações Outubro Rosa e Novembro Azul.
- Programa de Fisioterapia:** atendimento focado na saúde funcional e tratamento aos colaboradores com atendimento *in company* visando a prevenção, com 2.840 mil colaboradores atendidos.
- Programa de Serviço Social:** com objetivo disponibilizar aos colaboradores e seus dependentes, ferramentas para suporte a questões pessoais e corporativas, através do acolhimento, amparo e aconselhamento, contribuindo com o bem-estar social, com 776 colaboradores atendidos.

Saúde e Segurança no Trabalho

A Companhia mantém área dedicada à Saúde e Segurança no Trabalho que, em atendimento aos preceitos legais, se dedica à segurança, prevenção de acidentes de trabalho e a realização de exames ocupacionais, atuando em todo território nacional com a presença de profissionais (Médicos, Engenheiros, Técnicos de Enfermagem e Segurança) devidamente habilitados em Medicina e Segurança do Trabalho.

A Telefônica Brasil investe no conhecimento dos seus colaboradores através de treinamentos específicos da área de Segurança do Trabalho com o intuito de criar uma visão preventiva, a fim de que, cada colaborador operacional, compreenda e assuma com responsabilidade suas próprias funções na prevenção de acidentes, buscando melhorias contínuas nas condições de trabalho.

Em 2017, foram realizados mais 29 mil exames ocupacionais, onde 43% destes exames correspondem a exames periódicos, fortalecendo assim a capacidade laboral da mão de obra da Telefônica Brasil.

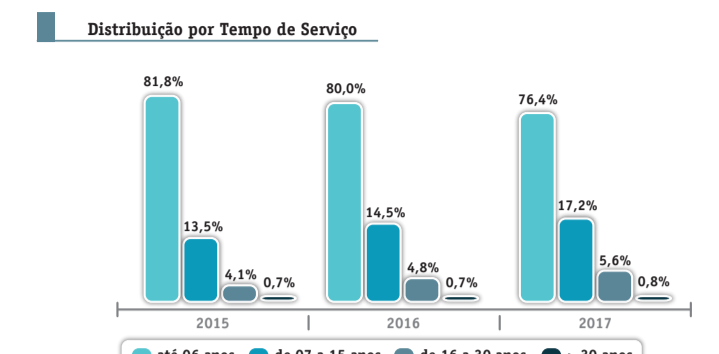
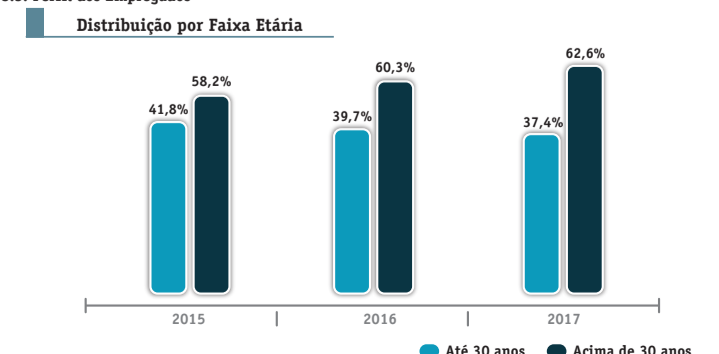
Para atividades com maior exposição de riscos de acidentes do trabalho, tivemos mais de 11.440 colaboradores que participaram de treinamentos legais previstos nas resoluções normativas e práticas de Segurança do Trabalho da empresa, totalizando mais de 13.750 horas voltadas para capacitação e reciclagem de Normas Regulamentadoras em 2017.

Na busca pelo desenvolvimento do comportamento humano dos colaboradores voltados para atividades operacionais, em 2017 totalizamos mais de 46 mil horas voltados para DSS - Dialogo Semanal de Segurança, com temas voltados para o time operacional de campo, incluindo: Instaladores, Reparadores, Auxiliares, Técnicos de Telecom, Cabistas e Oficial OSP. Renovamos mais de 65 Unidades da Telefônica Brasil, contemplando a gestão da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), totalizando mais de 253 colaboradores eleitos por voto direto e 253 colaboradores indicados pela empresa, apoiando a Segurança do Trabalho na prevenção de acidentes do trabalho. Ainda, em 2017 foram mais de 20 semanas de trabalho totalizando mais de 100 horas para a revisão dos processos internos de Saúde e Segurança do Trabalho para atendimento às exigências do programa e-Social do governo federal que entra em vigor a partir de janeiro de 2018.

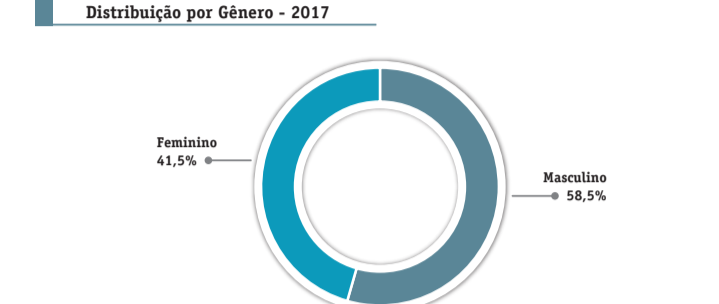
Em 2017, a área de Segurança do Trabalho estruturou o modelo de atuação de SST para a Gestão de Aliados, estabelecendo procedimentos de inspeções, revisão de documento e *checklist*, além da implementação de indicadores para acompanhamento e gestão de acidentes do trabalho mensal.

Com o tema Proteja-se e aproveite seu tempo vivendo, em 2017 foi realizado a 1ª SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes), em atendimento a Normativa NR-5 de forma integrada com todas as regionais do Brasil, tendo mais de 400 horas voltadas para o seu planejamento, sendo totalizados mais de 13.500 colaboradores impactados por ações de saúde e/ou segurança do trabalho, 18.000 brindes distribuídos, mais 150 cidades envolvidas em todo o Brasil com mais de 350 unidades participantes, computando mais de 20 mil horas destinadas a prevenção de acidentes durante a semana da SIPAT.

8.5. Perfil dos Empregados

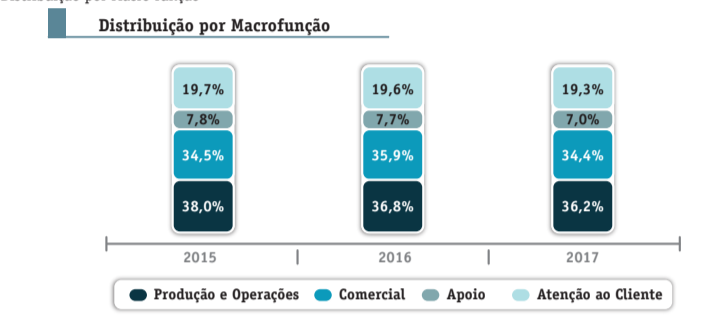


Distribuição por Gênero - 2017



Do quadro de Diretores, 18% são mulheres.

Distribuição por Macro função



9. Sustentabilidade

Aplicar a sustentabilidade em nossa estratégia nos permite identificar oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias para gerar valor à sociedade e realizar uma gestão eficaz de impactos inerentes a nossas atividades, tornando nosso negócio cada vez mais responsável.

A fim de garantir a efetiva implementação da estratégia em nossas ações, consideramos as visões dos nossos colaboradores e demais *stakeholders*, buscamos a geração do valor compartilhado, participando do desenvolvimento das pessoas e da sociedade. Desta forma, vinculamos os objetivos de sustentabilidade com o desenvolvimento e gestão de negócios, incorporando processos e metas, para que passem a fazer parte do DNA da Telefônica.

A condução de nossos negócios é direcionada pela nossa estratégia "Escolhemos Tudo", que estabelece metas e compromissos a serem alcançados até 2020 que implica atuar de uma maneira íntegra, transparente e assumir compromissos com o desenvolvimento sustentável. Por isso, o Grupo Telefônica desenvolveu seu Plano Global de Negócios Responsáveis, que tem sete pilares:

- Promessa ao Cliente e Confiança Digital
- Gestão de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos
- Diversidade e Gestão de Talentos
- Meio Ambiente
- Inovação sustentável
- Contribuição ao Progresso;
- Ética

Alinhados a esses compromissos, os temas mais relevantes e priorizados em nossos negócios são endereçados dentro da Telefônica Brasil por meio de projetos e metas que envolvem todas as áreas da Companhia, formando o nosso Plano de Negócios Responsáveis. Esses sete temas foram identificados por meio de um processo estruturado de consulta e engajamento de nossos públicos de interesse. Em 2016, 87% das metas estabelecidas pela Telefônica Brasil foram alcançadas. Os projetos que não foram concretizados em 2016 se estendem para o próximo ano e estão sendo desenvolvidos para sua conclusão. Em 2017, revisamos nosso Plano de Negócios Responsáveis e definimos novas metas para nosso negócio. Os resultados auditados serão publicados no Relatório de Sustentabilidade 2017.

Em um mundo cada vez mais conectado, nossos negócios impulsionam a comunicação entre as pessoas e a troca de informações e dados, permitindo a conexão de ideias e projetos que contribuem com o desenvolvimento sustentável local e regional. Ao mesmo tempo, temas como mudanças climáticas, diversidade e segurança digital, entre outros, se tornam cada vez mais importantes para a sociedade e podem mudar a forma como nos relacionamos com os clientes e demais públicos de nossa cadeia de valor. Por isso, estamos abertos ao diálogo com nossos *stakeholders* e conectados às principais iniciativas globais que apresentam propostas de solução para os dilemas sociais e ambientais da humanidade.

Temos o compromisso, por exemplo, de contribuir com os ODSs (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), proposta da ONU para orientar políticas nacionais e engajar organizações de todo o mundo em torno de desafios como a erradicação da pobreza, combate à mudança do clima e preservação dos recursos naturais. Em nosso modelo de negócios, refletimos sobre como atuar diretamente para impulsionar o alcance das metas dos ODSs.

Participamos ativamente e somos signatários de outras iniciativas relevantes que também contribuem com o desenvolvimento sustentável. Entre elas estão:

Facto Global Iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para estimular empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade por meio da adoção de dez princípios relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção.	Carbon Disclosure Project (CDP) Reúne indicadores globais de performance ambiental das companhias para auxiliar investidores em seu processo de tomada de decisão. Apoia organizações de todo o mundo para mensurar emissões de carbono e reduções efetivas, estimulando uma economia mais focada no uso mais racional de energia e em matrizes renováveis.
GHG Protocol Estimula a cultura corporativa para elaboração e publicação de inventários de emissões de gases do efeito estufa (GEE). Publicamos nosso inventário ambiental desde 2010 e, há cinco anos, somos reconhecidos com o Selo Ouro.	Princípios do Empoderamento da Mulher Assinamos em 2016 o compromisso, criado pela ONU Mulheres e pelo Pacto Global, que estabelece sete princípios que ajudam as empresas a incorporar valores e práticas que visem à equidade de gênero.

Ainda como parâmetro de melhoria contínua e incorporação da sustentabilidade nos processos estratégicos, utilizamos o modelo sugerido pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com indicadores monitorados pela Companhia.

Em 2017, a Telefônica Brasil foi incluída pelo sexto ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 que reúne as ações de 34 empresas reconhecidas por seu desempenho em Sustentabilidade. Iniciativa pioneira na América Latina, foi lançada em 2005 com o objetivo de estabelecer um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável e estimular a responsabilidade ética das corporações.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16			31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Ativo circulante		16.668.039	17.482.265	16.731.666	18.398.995	Passivo circulante		18.819.861	20.280.286	17.862.531	20.438.575
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.681.173	4.675.627	4.050.338	5.105.110	Pessoal, encargos e benefícios sociais	14	648.957	746.798	723.380	760.643
Contas a receber	5	8.413.403	8.282.685	8.588.466	8.701.688	Fornecedores	15	8.560.844	7.539.395	7.447.100	7.611.246
Estoques	6	324.711	368.151	348.755	410.413	Impostos, taxas e contribuições	16	1.669.741	1.698.334	1.731.315	1.770.731
Tributos a recuperar	7.a	2.386.258	2.952.622	2.563.990	3.027.230	Dividendos e juros sobre o capital próprio	17	2.396.116	2.195.031	2.396.116	2.195.031
Depósitos e bloqueios judiciais	8	324.465	302.349	324.638	302.424	Provisões	18	1.434.911	1.183.623	1.434.911	1.183.623
Despesas antecipadas	9	425.298	336.508	446.439	343.092	Receitas diferidas	19	370.493	428.488	372.561	429.853
Dividendos e juros sobre o capital próprio	17	323.206	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	20	1.620.955	2.542.975	1.620.955	2.542.975
Instrumentos financeiros derivativos	31	87.643	68.943	87.643	68.943	Debêntures	20	1.412.486	2.120.504	1.412.486	2.120.504
Outros ativos	10	791.882	495.380	321.397	440.095	Instrumentos financeiros derivativos	31	5.107	183.212	5.239	183.212
Ativo não circulante		85.495.114	84.475.240	84.651.169	83.667.264	Outros passivos		700.251	1.641.926	718.468	1.640.757
Aplicações financeiras em garantia		81.472	78.153	81.486	78.166	Passivo não circulante		13.881.934	12.432.800	14.058.946	12.383.265
Contas a receber	5	167.682	200.537	273.888	305.411	Pessoal, encargos e benefícios sociais	14	21.648	11.016	23.284	11.016
Tributos a recuperar	7.a	740.104	474.240	743.285	476.844	Fornecedores	15	-	71.907	-	71.907
Tributos diferidos	7.b	-	-	371.408	27.497	Impostos, taxas e contribuições	16	18.463	20.996	49.448	49.131
Depósitos e bloqueios judiciais	8	6.155.821	5.974.733	6.339.167	6.049.142	Receitas diferidas	18	6.566.056	6.591.493	6.709.839	6.625.638
Despesas antecipadas	9	21.684	35.340	23.116	36.430	Empréstimos e financiamentos	19	350.637	511.786	350.637	511.786
Instrumentos financeiros derivativos	31	76.762	144.050	76.762	144.050	Debêntures	20	2.320.147	3.126.792	2.320.147	3.126.792
Outros ativos	10	86.345	53.363	88.935	55.565	Instrumentos financeiros derivativos	31	15.412	1.404	15.412	1.404
Investimentos		1.949.276	1.407.155	98.902	85.745	Outros passivos	21	771.993	574.908	772.601	551.788
Imobilizável a longo prazo		33.112.532	31.837.549	33.222.316	31.924.918	TOTAL DO PASSIVO		32.701.795	32.713.086	31.921.477	32.821.840
Intangível	13	43.103.436	44.270.120	43.331.904	44.483.496	Patrimônio líquido		69.461.358	69.244.419	69.461.358	69.244.419
						Capital social	22	63.571.416	63.571.416	63.571.416	63.571.416
						Reservas de capital	22	2.123.522	1.272.581	2.123.522	1.272.581
						Reservas de lucro	22	2.463.228	2.474.974	2.463.228	2.474.974
						Outros resultados abrangentes acumulados	22	21.328	11.461	21.328	11.461
						Dividendo adicional proposto	22	2.191.864	1.913.987	2.191.864	1.913.987
TOTAL DO ATIVO		102.163.153	101.957.505	101.382.835	102.066.259	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		102.163.153	101.957.505	101.382.835	102.066.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida		39.343.728	38.625.395	43.206.832	42.508.459
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	24	(19.135.195)	(18.734.552)	(20.272.530)	(20.823.014)
Lucro bruto		20.208.533	19.890.843	22.934.302	21.685.445
Recargas (despesas) operacionais		(15.301.695)	(14.753.448)	(16.302.065)	(15.317.426)
Despesas com comercialização	24	(12.758.952)	(11.996.153)	(13.136.474)	(12.455.366)
Despesas gerais e administrativas	24	(2.334.905)	(2.685.366)	(2.443.105)	(2.793.386)
Outras receitas operacionais	25	782.932	939.516	464.182	968.479
Outras despesas operacionais	25	(990.770)	(1.011.445)	(1.186.668)	(1.037.153)
Lucro operacional		4.906.838	5.137.395	6.632.237	6.368.019
Receitas financeiras	26	1.675.172	2.654.574	1.755.958	2.781.359
Despesas financeiras	26	(2.636.113)	(3.936.318)	(2.659.002)	(4.015.900)
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.303.484	845.776	1.580	1.244
Lucro antes dos tributos		5.249.381	4.701.427	5.730.773	5.134.722
Imposto de renda e contribuição social	27	(640.591)	(616.185)	(1.121.983)	(1.049.480)
Lucro líquido do exercício		4.608.790	4.085.242	4.608.790	4.085.242
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	22	2,56	2,27	-	-
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)	22	2,82	2,50	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Recargas		55.205.339	53.004.204	58.937.750	57.732.738
Venda de mercadorias e serviços		54.919.544	53.209.390	59.265.466	57.897.521
Outras recargas		1.690.880	1.020.556	1.153.299	1.183.438
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber		(1.405.085)	(1.225.742)	(1.481.015)	(1.348.221)
Insumos adquiridos de terceiros		(18.696.568)	(18.491.586)	(19.942.270)	(20.418.608)
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos		(9.316.305)	(9.919.037)	(10.412.308)	(11.611.718)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.499.989)	(9.033.230)	(9.648.698)	(9.273.974)
Perda/Recuperação de ativos		119.726	460.681	118.736	467.084
Valor adicionado bruto		36.508.771	34.512.618	38.995.480	37.314.130
Retenções		(7.826.184)	(7.166.177)	(7.853.734)	(7.654.406)
Depreciação e amortização		(7.826.184)	(7.166.177)	(7.853.734)	(7.654.406)
Valor adicionado líquido produzido		28.682.587	27.346.441	31.141.746	29.659.724
Valor adicionado recebido em transferência		2.978.656	3.500.350	1.757.538	2.782.603
Resultado de equivalência patrimonial		1.303.484	845.776	1.580	1.244
Receitas financeiras		1.675.172	2.654.574	1.755.958	2.781.359
Valor adicionado total a distribuir		31.661.243	30.846.791	32.899.284	32.442.327
Distribuição do valor adicionado		(31.661.243)	(30.846.791)	(32.899.284)	(32.442.327)
Pessoal, encargos e benefícios sociais		(3.783.519)	(3.989.707)	(4.107.176)	(4.328.985)
Remuneração direta		(2.601.425)	(2.723.511)	(2.803.226)	(2.961.166)
Benefícios		(996.215)	(1.081.627)	(1.101.174)	(1.167.746)
FGTS		(185.879)	(184.569)	(202.776)	(200.073)
Impostos, taxas e contribuições		(17.824.012)	(16.413.347)	(18.702.536)	(17.455.205)
Federal		(4.902.666)	(4.600.556)	(5.748.082)	(5.230.279)
Estadual		(12.815.664)	(11.737.192)	(12.822.020)	(12.105.390)
Municipal		(105.682)	(75.599)	(132.434)	(119.536)
Remuneração de capitais de terceiros		(5.444.922)	(6.358.495)	(5.480.782)	(6.572.895)
Juros		(2.579.241)	(3.868.328)	(2.598.672)	(3.941.634)
Aluguéis		(2.865.681)	(2.490.167)	(2.582.110)	(2.631.261)
Remuneração de capitais próprios		(4.608.790)	(4.085.242)	(4.608.790)	(4.085.242)
Juros sobre o capital próprio		(2.416.639)	(2.172.145)	(2.416.639)	(2.172.145)
Lucros retidos		(2.192.151)	(1.913.097)	(2.192.151)	(1.913.097)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício		4.608.790	4.085.242	4.608.790	4.085.242
Outros resultados abrangentes líquidos que podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		9.867	(14.007)	9.867	(14.007)
Ganhos não realizados em investimentos disponíveis para venda	11	338	83	338	83
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos	31	(2.417)	4.803	(2.417)	4.803
Tributos		707	(1.661)	707	(1.661)
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	11	11.239	(17.232)	11.239	(17.232)
Outros resultados abrangentes líquidos que não serão reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		(107.694)	(156.186)	(113.811)	(156.266)
Perdas atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos <i>superavitários</i>	30	(163.174)	(236.645)	(171.296)	(236.767)
Tributos		55.480	80.459	57.485	80.501
Equivalência patrimonial no resultado abrangente das investidas		11	(6.117)	(80)	-
Outros resultados abrangentes		(103.944)	(170.273)	(103.944)	(170.273)
Resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos		4.504.846	3.914.969	4.504.846	3.914.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		5.249.381	4.701.427	5.730.773	5.134.722
Lucro antes dos tributos		5.249.381	4.701.427	5.730.773	5.134.722
Ajustes de:					
Depreciações e amortizações		7.826.184	7.166.177	7.853.734	7.654.406
Variações cambiais de empréstimos e instrumentos financeiros derivativos		60.237	57.832	57.832	75.075
Variações monetárias		536.891	632.120	543.852	620.570
Resultado de equivalência patrimonial		(1.303.484)	(845.776)	(1.580)	(1.244)
Ganhos na baixa / alienação de ativos		(74.619)	(447.178)	(74.337)	(451.215)
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber		1.405.085	1.225.742	1.481.015	1.348.221
Mudanças em provisões passivas		(58.423)	214.016	(93.479)	273.664
Baixas e reversões de perdas estimadas para a redução ao valor realizável dos estoques		(45.109)	(34.151)	(45.089)	(36.898)
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego		30.877	5.962	31.511	5.243
Provisões					

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c) Eventos relevantes ocorridos em 2017 e 2016**c.1) Aquisição de Sociedade por Subsidiária Integral – 2017**

Em 3 de julho de 2017, a subsidiária integral da Companhia, Telefônica Data S.A. (“TData”), adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Terra Networks Brasil S.A. (“Terra Networks”), pertencentes à SP Telecomunicações Participações Ltda. (“SPTe”), acionista controladora da Companhia (“Operação”).

A Terra Networks é prestadora de serviços digitais (serviços de valor adicionado (“SVA”) próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais mobile para vendas e relacionamento) e publicidade.

A TData é uma sociedade que se dedica à exploração de SVA, bem como de soluções empresariais integradas em telecomunicações, assistência técnica de equipamentos e redes de telecomunicações, manutenção de equipamentos e redes e elaboração de projetos.

O preço total pago pela aquisição da totalidade das ações de emissão da Terra Networks, foi de R\$250.000, em parcela única, sem necessidade de qualquer financiamento, utilizando apenas o caixa disponível da TData. O referido valor foi calculado com base no valor econômico da Terra Networks, segundo o critério de fluxo de caixa descontado, com data-base de 30 de abril de 2017, baseado em laudo de avaliação contratado pela Diretoria da TData.

A Operação sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à Terra Networks e avaliação por empresa independente.

A Operação não se sujeitou à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou aprovações por órgãos da Companhia e da forma como foi estruturada não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração no crescimento de serviços digitais e aumento da eficiência operacional, não havendo custos relevantes relacionados à Operação.

A Operação teve como objetivo possibilitar uma ampliação e integração da oferta comercial de serviços digitais que podem agregar valor imediato à carteira de clientes da TData e da Companhia, bem como gerar oferta de serviços da TData para a base de clientes e assinantes dos serviços da Terra Networks e, graças à abrangência nacional de atuação e expertise da Terra Networks, gerar alcance do negócio de publicidade da TData. Além disso, dando que a Companhia possui competências para a criação de novos produtos digitais de mídia para mobile e publicidade e a Terra Networks possui *know how* de venda, atendimento e operações de serviços digitais para clientes específicos, a aquisição pela TData também facilitará a sinergia entre as sociedades envolvidas, além de maximizar a unificação das condições comerciais mantidas com fornecedores.

Método de Contabilização

Considerando que as combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e internacionais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política contábil a ser adotada.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição (“*Acquisition Method*”) com base no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R) ou pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“*Pooling of Interests*”) ou “*Predecessor Value Method*”), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma Estrutura Conceitual similar aos CPCs ou IFRSs.

Esta Operação, que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“*Predecessor Value Method*”), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da TData.

Com a conclusão da Operação, a partir de 3 de julho de 2017, a Terra Networks passou a ser controlada direta da TData e indireta da Companhia.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$190.971.

Ativo circulante	163.579	Passivo circulante	86.892
Caixa e equivalentes de caixa	43.351	Pessoal, encargos e benefícios sociais	17.327
Contas a receber	61.276	Fornecedores	51.198
Instrumentos financeiros derivativos	404	Impostos, taxas e contribuições	14.643
Tributos a recuperar	22.658	Instrumentos financeiros derivativos	16
Outros ativos	35.890	Outras obrigações	3.708
Ativo não circulante	228.575	Passivo não circulante	114.291
Tributos diferidos	117.885	Pessoal, encargos e benefícios sociais	508
Depósitos e bloqueios judiciais	102.373	Impostos, taxas e contribuições	229
Outros ativos	740	Provisões	112.874
Imobilizado	7.047	Outras obrigações	680
Intangível	530		
		Valor contábil dos passivos assumidos	201.183
		Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	190.971
		Contraprestação dada pela aquisição	250.000
		Ajuste nos patrimônios líquidos na TData e Companhia	59.029

Valor contábil dos ativos adquiridos**Provisão para Riscos Provisões e Passivo Contingente**

O contrato de venda e compra desta Operação contém termos e disposições comuns a esse tipo de transação, incluindo indenização de determinados passivos, contingentes ou materializados, decorrentes de atos praticados ou fatos ocorridos até a data da Operação, reduzidos os valores já provisionados das respectivas contingências, os quais foram considerados no preço de aquisição.

Na data da Operação, a Terra Networks estava envolvida em processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, civis e trabalhistas, cujos desfechos desfavoráveis são considerados prováveis e possíveis, conforme o caso.

Outras Informações

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela Terra Networks na data da aquisição totalizava R\$61.276, o qual não diferia do valor bruto de R\$69.995, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$8.719.

Desde a data de aquisição até a conclusão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017, a Terra Networks contribuiu com R\$155.224 da receita operacional líquida consolidada e R\$179.615 do lucro líquido consolidado para a Companhia, principalmente pelo reconhecimento de R\$125.191 de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (nota 7.b).

c.2) Reestruturação Societária – 2016

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovada a Reestruturação Societária de acordo com os termos e condições propostos em 14 de março de 2016.

A Reestruturação Societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 50.169, de 22 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) de 28 de janeiro de 2016, com as condicionantes ne previstas.

A GVT Participações S.A. (“GVTPart.”) era a controladora da Global Village Telecom S.A. (“GVT”), sociedades que eram controladas pela Companhia de 28 de maio de 2015 a 1º de abril de 2016. A GVT era a controladora direta da POP Internet Ltda. (“POP”) e indireta da Innoweb Ltda. (“Innoweb”), sociedades com sede no Brasil.

A POP fornece serviços de provedor gratuito de acesso e conteúdo de *internet*. A Innoweb (controlada pela POP) fornece serviços com base na tecnologia VoIP (*voice over IP*), que possibilita a realização de chamadas via *internet* com as facilidades inerentes a este meio.

A Reestruturação Societária ocorreu na mesma data da AGE mencionada acima, tendo ocorrida da seguinte forma: (i) a GVT foi cindida e o seu acervo líquido concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às atividades de telecomunicações foi absorvido pela GVTPart. e a parcela restante, concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às demais atividades que não de telecomunicações, foi absorvida pela POP; e (ii) o acervo líquido da GVTPart. (após a incorporação do acervo líquido da GVT, item (i)) foi absorvido pela Companhia.

A Reestruturação Societária visou a padronização dos serviços desenvolvidos pelas sociedades envolvidas neste processo, com: (i) concentração da prestação dos serviços de telecomunicações em uma única sociedade, a Companhia; e (ii) migração das atividades que eram prestadas pela GVT, especificamente aquelas que não eram relativas aos serviços de telecomunicações para a POP.

Desta forma, a simplificação da estrutura societária e a concentração da prestação de serviços de telecomunicações na Companhia, favorece um ambiente de convergência, facilitando a consolidação e confluência na oferta de serviços de telecomunicações e a simplificação da oferta de pacotes de serviços, bem como a otimização de custos administrativos e operacionais, e a padronização das operações das sociedades envolvidas na Reestruturação Societária.

Dado que a incorporação da GVTPart. pela Companhia não acarretou aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a GVTPart. era subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em relação de substituição de ações dos acionistas da GVTPart. por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Adicionalmente, no que tange à operação que antecede a incorporação da GVTPart. pela Companhia, também não há que se falar em relação de substituição, dado que a GVT era controlada pela GVTPart. e pela própria Companhia, inexistindo acionistas minoritários.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recesso. Além, considerando que não há acionistas minoritários da GVTPart., em razão de ser esta subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de recesso de acionistas não controladores da GVTPart. de que tratam os artigos 136, inciso iv e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

c.3) Aquisição da GVT Participações S.A. (“GVTPart.”)

A Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, informou ao mercado que, em 28 de maio de 2015, foi aprovada pela AGE, a ratificação do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (*Stock Purchase Agreement and Other Covenants*) celebrado entre a Companhia, na qualidade de “Compradora”, e a Vivendi e suas subsidiárias (*Société d’Investissements et de Gestion 108 SAS - “FRHolding108” e Société d’Investissements et de Gestion 72 S.A.*), na qualidade de “Vendedoras”, por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVTPart. foi adquirida pela Companhia.

A contraprestação pela aquisição das ações da GVTPart. foi efetuada da seguinte forma: (i) uma parcela de 64,663 bilhões paga à vista e em dinheiro, após os ajustes determinados nos termos do contrato, na data de fechamento; e (ii) uma parcela em ações de emissão da Companhia entregues à *FRHolding108* em decorrência da incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia, representativas de 12% do capital social da Companhia após a incorporação de ações.

Em decorrência da incorporação de ações da GVTPart., o capital da Companhia foi aumentado em R\$9.666.021, mediante a emissão de 68.597.306 ações ordinárias e 134.320.885 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, considerando o valor econômico das ações incorporadas, apurado por meio do método do fluxo de caixa descontado, com base no Laudo de Valor Econômico da GVTPart. elaborado por empresa especializada, em conformidade com o disposto no artigo nº 252, parágrafo 1º, combinado com o artigo nº 8, ambos da Lei nº 6.404/76. A diferença entre o valor econômico das ações incorporadas e o valor de mercado das ações emitidas na data de fechamento da transação foi reconhecida em “Outras Reservas de Capital” no montante de R\$1.188.707.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A ANATEL aprovou nos termos do Ato 448, de 22 de janeiro de 2015, publicado no DOU de 26 de janeiro de 2015 e o CADE aprovou na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015 e publicada no DOU de 31 de março de 2015.

Com a conclusão da aquisição em 28 de maio de 2015, a Companhia passou a ser a controladora direta da GVTPart. e indireta da GVT. A GVTPart. tinha sede no Brasil e tinha como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Sua controladora direta (GVT) atuava na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

A seguir, apresentamos o preço de aquisição:

Contraprestação bruta em dinheiro (Euros 4,663 bilhões)	15.964.853
(-) Ajustes do Contrato (Divida Líquida)	(7.060.899)
Montante da contraprestação líquida em dinheiro	8.903.954
(+) Contraprestação Contingente	344.217
(+) Contraprestação em Ações a Valor Justo	8.477.314
(-) Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> sobre a Operação, líquidos de tributos (1)	(377.373)
(-) Reembolso conforme cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA	(84.598)
Contraprestação total, líquida de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514
(1) Instrumentos financeiros derivativos, referem-se a <i>hedges</i> de fluxo de caixa para proteger o montante exposto a variação cambial em euros devido à Vivendi, referente a aquisição da GVTPart.	

A seguir, apresentamos a composição do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$4.426.373, bem como o ágio gerado na data da aquisição. Na data de elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia já havia concluído as revisões e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart..

Ativo circulante	1.557.651	Passivo circulante	5.299.662
Caixa e equivalentes de caixa	390.255	Pessoal, encargos e benefícios sociais	170.989
Contas a receber	947.378	Fornecedores	611.425
Estoque	4.641	Impostos, taxas e contribuições	346.569
Tributos a recuperar	147.057	Empréstimos e financiamentos	3.968.615
Outros ativos	68.320	Provisões	17.866
		Outras obrigações	184.198
Ativo não circulante	12.026.239	Passivo não circulante	3.857.855
Aplicações financeiras em garantia	17.871	Fornecedores	67.742
Tributos a recuperar	65.798	Impostos, taxas e contribuições	1.342
Tributos diferidos (4)	610.873	Empréstimos e financiamentos	3.088.414
Depósitos e bloqueios judiciais	551.275	Provisões (3)	679.294
Outros ativos	7.052	Outras obrigações	21.063
Imobilizado (1)	7.970.117		
Intangível (2)	2.803.253		
		Valor justo dos passivos assumidos	9.157.517
		Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	4.426.373
		Ágio (5)	12.837.141
		Contraprestação total, líquida de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514

Valor justo dos ativos adquiridos

(1) Inclui a alocação do valor da mais valia de itens do imobilizado (R\$409.601).

(2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (R\$59.000) e a carteira de clientes (R\$2.523.000) e a mais valia e outros intangíveis (R\$20.394).

(3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$512.648).

(4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R\$174.300).

(5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da GVTPart. com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos ativos da adquirida, que já está sendo utilizado para fins fiscais.

A aquisição do controle da GVTPart. pela Companhia teve como objetivo principal propiciar a integração dos negócios de telecomunicações fixos, móveis, dados e TV no Brasil, de forma a poder operar de maneira eficiente. A aquisição da GVTPart. permite à Companhia obter sinergias significativas em receitas e custos, gerando oportunidades de vendas cruzadas tanto no mercado pessoal quanto no corporativo, além de permitir a otimização de investimentos, melhoria da qualidade do serviço, redução de custos de conteúdo, aquisição e plataforma no negócio de TV por assinatura, devido às economias com o aumento de escala e, por último, na redução das despesas gerais e administrativas, não afetando o potencial de crescimento da Companhia.

Os métodos e premissas utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (“*Multi-period Excess Earnings Method*”), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vida é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas “curvas de *lowa*”. O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$2.523.000, o qual será amortizado pelo prazo médio de 7,77 anos.

Marca

O valor justo da marca “GVT” foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém o lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expresso como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$59.000, o qual foi amortizado pelo prazo de 1,5 anos.

Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recuso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição é de R\$344.217, registrado no passivo não circulante da Companhia no grupo “Empréstimos, Financiamentos e Debêntures” (nota 20), o qual está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

Valor Justo do Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade.

Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição o montante de R\$512.648 de passivos contingentes a valor justo, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**a) Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

b) Bases de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelo IFRS.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, bem como ativos não financeiros adquiridos em uma combinação de negócios, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Para a comparabilidade das demonstrações financeiras individuais (demonstrações dos resultados, demonstrações dos resultados abrangentes, demonstrações do valor adicionado e demonstrações dos fluxos de caixa) entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, deve-se levar em conta os efeitos da aquisição da Terra Networks pela TData ocorrida em 3 de julho de 2017 (nota 1.L.c.1.).

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As seguintes alterações às normas publicadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Melhorias nas IFRS 2014-2016:** Os projetos de melhoria atuais fornecem um veículo para fazer alterações não urgentes, mas necessárias nas IFRS, com o objetivo de remover inconsistências e esclarecer a redação. As alterações relacionadas às IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades, visando esclarecer o escopo da norma, entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, enquanto o resto das melhorias entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. As alterações relacionadas às IFRS 12 não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, uma vez que, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui participações classificadas como mantidas para venda, mantidas para distribuição ou como operações descontinuadas.

- Alterações nas IAS 7, Iniciativa de divulgação:** As alterações no IAS 7 exigem que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as movimentações nos passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo as movimentações decorrentes dos fluxos de caixa, tais como a emissão e liquidação de empréstimos, e movimentações não-caixa, tais como aquisições não pagas, vendas e diferenças cambiais.

- Alterações no IAS 12, Reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas:** As alterações esclarecem os requisitos de reconhecimento de impostos diferidos quando a base tributável de um ativo excede seu valor justo.

A Companhia considerou estas alterações na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas anuais, no entanto, não geraram um impacto significativo nos resultados ou na posição financeira da Companhia.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Normas e Emendas a Normas	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após:	
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018
IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes	1º de janeiro de 2018
Esclarecimentos à IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes, emitida em 12 de abril de 2016	1º de janeiro de 2018
Alterações na IFRS 2	Classificação e Mensuração de Pagamentos Baseados em Ações	1º de janeiro de 2018
Alterações na IFRS 4	Adoção da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2018
Alterações no IAS 40	Transferências de Propriedades de Investimento	1º de janeiro de 2018
IFRIC 22	Transações em Moeda Estrangeira e Contraprestações Antecipadas	1º de janeiro de 2018
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2014-2016	1º de janeiro de 2018
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015-2017	1º de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de renda	1º de janeiro de 2019
Alterações na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com Compensação Negativa	1º de janeiro de 2019
Alterações no IAS 28	Participações de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de Seguro	1º de janeiro de 2021
Alterações na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Adiado Indefinidamente



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações (nota 4).

b) Contas a Receber

São avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto “Soluciona TI” da TData), (nota 5).

As perdas estimadas para redução ao valor recuperável são constituídas em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

c) Estoques

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda (nota 6).

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável de tempo.

d) Despesas Antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos (nota 9).

e) Investimentos

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obter controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obter controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em outros resultados abrangentes (“Efeitos da conversão de investimentos no exterior”, nota 22).

f) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interstadual e Intermunicipal e de Comunicação (“ICMS”), os quais foram registrados como tributos a recuperar e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhora a funcionalidade ou aumenta a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 18) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil tem em termos de taxas de depreciação é revisada anualmente.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Segue uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado (nota 12):

- Equipamentos de comutação e transmissão: compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas, estação rádio base, microfônlulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comutação e transmissão.
- Equipamentos terminais/modems: compreendem aparelhos celulares e modems (aluguel e comodato), centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Infraestrutura: compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, container, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Outros ativos imobilizados: compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida: são amortizados ao longo da vida útil-econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida: não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidas na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

Segue uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida (nota 13):

- Softwares: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- Carteira de clientes: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.
- Marcas: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.
- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.

h) Arrendamento Mercantil

A caracterização de um contrato como sendo arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamento mercantil financeiro: são contratos que o arrendatário obtém basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado. Esses contratos são capitalizados (ativo imobilizado) no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos do arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma o abater taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros no passivo reconhecido são apropriados no resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os bens arrendados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada dos bens ou o prazo de locação, o que for menor.

A Companhia e a TData possuem contratos de arrendamento mercantil financeiro, conforme segue:

- Como **arrendatário:** referem-se a contratos de aluguel de equipamentos e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede *offsite* associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia e contratos de aluguel de torres e *rooftops* (decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro), para os quais manteve inalterado o valor residual dos mencionados ativos no momento da venda, reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e registrou uma receita diferida no valor da diferença entre o preço de venda e o mencionado valor presente (nota 19).
- Como **arrendadora:** referem-se a contratos de aluguel de equipamentos de informática (produto “Soluciona TI” da TData), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber (nota 5).

A diferença entre o valor nominal das parcelas e as contas a receber/pagar registradas é reconhecida como receita/despesa financeira com base no método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Arrendamento mercantil operacional: são contratos de arrendamento em que o arrendador não transfere parte significativa dos riscos e benefícios, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

i) Análise de Recuperabilidade dos Ativos, Não Financeiros

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital “*The Capital Asset Pricing Model*” (“CAPM”) (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ato em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos da Companhia e controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, visto que o valor recuperável excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

j) Combinações de Negócios e Ágios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos são avaliados com o objetivo de classificá-los e aloçá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas na demonstração dos resultados. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da *IFRS 9*.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de integridade da recuperação, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à UGC que se espera que seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de UGC ou uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

k) Instrumentos Financeiros - Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente

k.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial (quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento), como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; (iv) ativos financeiros disponíveis para venda; ou (v) derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras em garantia e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado, sendo: (i) ativos financeiros são classificados para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente; e (ii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração dos resultados.

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados, se e quando aplicável.

Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos na demonstração dos resultados.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis às diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas na demonstração dos resultados, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixas)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

k.2) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e controladas avaliam na data do encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração dos resultados.

k.3) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e controladas não designaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

k.4) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração de valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia e controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximiza o uso de insumos observáveis relevantes e minimiza o uso de insumos não observáveis.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício social.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e controladas determinarãr classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme descrito anteriormente.

k.5) Instrumentos financeiros - Apresentação Líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

l) Instrumentos Financeiros Derivativos e Contabilidade de *Hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças de valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo.

l.1) *Hedges* de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular exclui da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016** (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

q.3) **Tributos sobre vendas**

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") ou Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações.

As demais receitas auferidas pela Companhia, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, estão sujeitas à tributação de PIS e COFINS na modalidade não cumulativa e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

r) Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia ou controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) espera-se liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para deferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

s) **Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos**

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são reaalocados no resultado financeiro na demonstração dos resultados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

t) Subvenção e Assistência Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando houver o recebimento de benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração dos resultados ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizados pelos governos ou instituições relacionadas com uma taxa de juros inferior à taxa de mercado atual aplicável, o efeito favorável desses juros é considerado como subsídio adicional do governo.

Para as linhas de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), cujas taxas de juros são inferiores às taxas praticadas no mercado, enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7, as mesmas estão registradas a valor justo com base nas taxas de mercado, sendo o ajuste decorrente da comparação do valor mensurado com base na taxa contratada, contabilizado como receita diferida (nota 19).

u) Reconhecimento das Receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão que o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável e que seja provável que benefícios econômicos sejam transferidos à Companhia ou controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia ou controladas.

As receitas consolidadas compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, serviços de dados e digitais, banda larga, TV e serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes, remuneração pelo uso da rede, publicidade e vendas de mercadorias.

u.1) **Reconhecimento das receitas de serviços**

As receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações, dados, digitais e banda larga são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são apuradas e reconhecidas no mês em que o serviço é prestado.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos e aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos, são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro (produto Soluçiona TI da TData), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS (conforme o caso), PIS e COFINS.

u.2) **Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias**

As receitas e os custos de vendas de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são registrados quando os riscos e benefícios das mercadorias são transferidos aos compradores.

Vendas efetuadas em lojas próprias são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de agentes credenciados (*dealers*) são diferidas e reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda.

u.3) **Programa de fidelização**

A Companhia mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento da mesma referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A parcela da receita referente ao valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida na demonstração dos resultados no momento do resgate dos pontos. Para a definição da quantidade de pontos a serem contabilizados, são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate esperadas, percentuais de expiração e cancelamentos de pontos entre outros. Essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas em função de mudanças no comportamento de resgates dos clientes.

u.4) **Taxa de adesão e campanhas promocionais**

As taxas de habilitação pagas pelos clientes da Companhia para possibilitá-los a participar das campanhas promocionais são diferidas e lançadas no resultado ao longo do período de duração da referida campanha.

u.5) **Acordos que combinam mais de um elemento**

As ofertas de pacotes comerciais que combinam diferentes elementos são analisadas para determinar se é necessário separar os distintos elementos identificados, aplicando em cada caso o critério de reconhecimento de receitas apropriado. A receita total gerada pela venda do pacote é distribuída entre seus elementos baseados nos respectivos valores justos.

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica na necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio. A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos relativos poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, consequentemente as receitas diferidas.

u.6) **Publicidade**

As receitas de publicidade veiculada são reconhecidas ao resultado durante o período de veiculação das peças publicitárias.

v) Receitas e Despesas Financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

w) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuariamente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou controladas e não podem ser pagos diretamente a Companhia ou controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuros do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

x) Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas relativas às fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

x.1) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios e outros ativos. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

x.2) **Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego**

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revistas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

x.3) **Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

x.4) **Ativo imobilizado e intangível de vida útil definida**

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

x.5) **Reconhecimento de receita - Programa de Fidelização de Cliente**

A Companhia estima o valor justo dos pontos atribuídos no âmbito do programa de fidelização de clientes através da aplicação de técnicas estatísticas. As entradas para o modelo incluem fatur suposições sobre as taxas de resgate esperados, o *mix* de produtos que estarão disponíveis para resgate no futuro e preferências dos clientes quanto a utilização dos pontos. Como os pontos emitidos não expiram, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

x.6) **Acordos que combinam mais de um elemento**

A determinação do valor justo de cada elemento em um acordo de múltiplos elementos, requer estimativas complexas devido à natureza do negócio. Uma possível alteração nas estimativas de valor justo poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, consequentemente as receitas diferidas.

x.7) **Tributos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e controladas.

A Companhia e controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia ou controladas de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

x.8) **Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

x.9) **Reconhecimento de receita - receitas de serviços não faturadas**

A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

y) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes.

z) Conversão de Transações Denominadas em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax) na data da transação e convertidos subsequentemente usando a Ptax na data das demonstrações financeiras que, em 31 de dezembro de 2017, eram: US\$1,00 = R\$3,3080, €1,00 = R\$3,9676, e em 31 de dezembro de 2016, eram: US\$1,00 = R\$3,2591, €1,00 = R\$3,4351. Os ganhos e perdas resultantes da conversão desses ativos e passivos foram refletidos entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos na demonstração do resultado.

aa) Participação dos Empregados nos Resultados

A Companhia e controladas possuem obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

ab) Transações Envolvendo Pagamento em Ações

A Companhia e controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefônica), para seus dirigentes e empregados baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga, utilizando modelo binomial de valorização. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

ac) Ações em Tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

ad) Informações por Segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

ae) Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Caixa e contas bancárias	114.556	189.445	117.799	198.369
Aplicações financeiras	<u>3.566.617</u>	<u>4.486.182</u>	<u>3.932.539</u>	<u>4.906.741</u>
Total	<u>3.681.173</u>	<u>4.675.627</u>	<u>4.050.338</u>	<u>5.105.110</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Valores faturados	6.642.523	6.077.768	6.753.621	6.939.909
Valores a faturar	2.137.645	1.898.630	2.481.364	1.930.708
Valores de interconexão	835.085	1.333.595	859.819	1.345.471
Valores com partes relacionadas (nota 28)	<u>175.201</u>	<u>177.741</u>	<u>201.021</u>	<u>190.906</u>
Contas a receber bruto	<u>9.790.454</u>	<u>9.487.734</u>	<u>10.295.825</u>	<u>10.406.994</u>
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	<u>(1.209.369)</u>	<u>(1.004.512)</u>	<u>(1.433.471)</u>	<u>(1.399.895)</u>
Total	<u>8.581.085</u>	<u>8.483.222</u>	<u>8.862.354</u>	<u>9.007.099</u>
Circulante	8.413.403	8.282.685	8.588.466	8.701.688
Não circulante	167.682	200.537	273.888	305.411

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 31 de dezembro de 2017, R\$122.651 (R\$143.265 em 31 de dezembro de 2016), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$16.011 (R\$32.920 em 31 de dezembro de 2016).
- Em 31 de dezembro de 2017, R\$45.031 (R\$57.272 em 31 de dezembro de 2016), referente a parcela das contas a receber decorrente de negociações relativas ao processo de recuperação judicial das empresas do Grupo Oi. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$15.535 (R\$10.268 em 31 de dezembro de 2016).
- Em 31 de dezembro de 2017, R\$106.206 (R\$104.874 em 31 de dezembro de 2016), corresponde ao produto "Soluçiona TI", comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$33.614 (R\$3.005 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos das contas a receber, relativos ao produto "Soluçiona TI", contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Valor nominal a receber	434.743	611.384
Receita financeira não realizada	<u>(33.614)</u>	<u>(3.005)</u>
Valor presente a receber	<u>401.129</u>	<u>608.379</u>
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	<u>(154.666)</u>	<u>(344.738)</u>
Valor líquido a receber	<u>246.463</u>	<u>263.641</u>
Circulante	140.257	158.767
Não circulante	106.206	104.874

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto "Soluçiona TI" em 31 de dezembro de 201



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são apresentados a seguir:

	Saldos em Demonstração		Resultados		Incorporação		Saldos em Demonstração		Resultados		Saldos em	
	31.12.15	dos resultados	Abrangentes	Outros	(nota 1.c.2)	31.12.16	dos resultados	Abrangentes	31.12.17			
Ativo (passivo) diferido												
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1) e CS sobre diferenças temporárias (2)	(155.951)	(716.769)	78.798	(1.516)	705.367	(90.071)	(1.264.191)	56.187	(1.298.075)			
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.681.016	257.288	-	-	282.751	2.221.055	34.032	-	2.255.087			
Fornecedores e outras provisões	535.001	6.702	-	-	66.455	608.158	(19.864)	-	588.294			
Carteira de clientes e marcas	256.056	(62.660)	-	-	119.695	313.091	(58.674)	-	254.417			
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	369.174	(82.284)	-	-	54.645	341.535	69.652	-	411.187			
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	170.132	(10.561)	-	-	122.696	282.267	(82.833)	-	199.434			
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	26.164	1.780	80.459	-	-	108.403	10.498	55.480	174.381			
Participação nos resultados	88.944	31.004	-	-	3.963	123.911	(23.268)	-	100.643			
Provisão para programa de fidelização	32.604	(13.492)	-	-	-	19.112	(1.991)	-	17.121			
Depreciação acelerada contábil	10.865	13.168	-	-	-	24.033	(15.773)	-	8.260			
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	9.364	(11.757)	-	-	13.620	11.227	(107)	-	11.120			
Operações com derivativos	47.911	2.891	(1.633)	-	10.523	59.692	(34.349)	822	26.165			
Licença	(1.204.226)	(216.330)	-	-	-	(1.420.556)	(216.330)	-	(1.636.886)			
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(809.600)	(54.720)	-	-	-	(864.320)	(5.461)	-	(869.781)			
Ágio da Spanish e Navytreetree	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)			
Ágio da Vivo Part.	(837.918)	(167.202)	-	-	-	(1.005.120)	(167.203)	-	(1.172.323)			
Ágio da GVTPart.	-	(522.228)	-	-	-	(522.228)	(696.305)	-	(1.218.533)			
Lei da Inovação tecnológica	(193.146)	52.206	-	-	-	(140.940)	43.407	-	(97.533)			
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (3)	(757)	59.426	(28)	(1.516)	31.019	88.144	(99.622)	(115)	(11.593)			
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(155.951)	(715.393)	78.798	(1.516)	705.367	(88.695)	(676.817)	56.187	(709.325)			
Ativo fiscal diferido	3.535.671				4.425.658				4.916.768			
Passivo fiscal diferido	(3.691.622)				(4.514.353)				(5.626.093)			
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(155.951)				(88.695)				(709.325)			
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:												
Ativo fiscal diferido												
Passivo fiscal diferido	(155.951)				(88.695)				(709.325)			

	Consolidado				Combinação				Saldos em 31.12.17	
	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.16	Demonstração dos resultados	Resultados de negócios Abrangentes	Outros		
Ativo (passivo) diferido										
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1) e CS sobre diferenças temporárias (2)	26.519	(12.448)	-	-	14.071	710.411	-	69.451	-	793.933
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.954.236	276.100	-	-	2.230.336	68.399	-	-	-	2.298.735
Fornecedores e outras provisões	687.124	(10.001)	-	-	677.123	(25.706)	-	-	-	651.417
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	447.018	(88.213)	-	-	358.805	76.155	-	-	-	434.960
Carteira de clientes e marcas	343.107	(30.015)	-	-	313.092	(58.674)	-	-	-	254.418
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	294.945	(10.268)	-	-	284.677	(83.736)	-	-	-	200.941
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	26.285	1.633	80.501	-	108.419	8.630	57.485	-	-	174.534
Participação nos resultados	106.198	19.058	-	-	125.256	(15.210)	-	-	-	110.046
Provisão para programa de fidelização	32.604	(13.492)	-	-	19.112	(1.991)	-	-	-	17.121
Depreciação acelerada contábil	10.865	13.168	-	-	24.033	(15.773)	-	-	-	8.260
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.707	1.392	-	-	12.099	(347)	-	-	-	11.752
Operações com derivativos	59.408	2.358	(1.633)	-	60.133	(35.084)	822	-	-	25.871
Licença	(1.204.226)	(216.330)	-	-	(1.420.556)	(216.330)	-	-	-	(1.636.886)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(809.600)	(54.720)	-	-	(864.320)	(5.461)	-	-	-	(869.781)
Ágio da Spanish e Navytreetree	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)
Ágio da Vivo Part.	(837.918)	(167.202)	-	-	(1.005.120)	(167.203)	-	-	-	(1.172.323)
Ágio da GVTPart.	-	(522.228)	-	-	(522.228)	(696.305)	-	-	-	(1.218.533)
Lei da Inovação tecnológica	(193.146)	52.206	-	-	(140.940)	43.407	-	-	-	(97.533)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (3)	94.999	(2.415)	(28)	(1.516)	91.040	(126.587)	(115)	48.434	(86)	12.686
Total do passivo diferido	711.590	(761.417)	78.840	(1.516)	27.497	(541.405)	58.192	117.885	(86)	(337.917)
Ativo fiscal diferido	4.153.054				4.541.952					5.288.176
Passivo fiscal diferido	(3.441.464)				(4.514.455)					(5.626.093)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	711.590				27.497					(337.917)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:										
Ativo fiscal diferido	711.590				27.497					371.408
Passivo fiscal diferido	-				-					(709.325)

(1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. Em 2017, foram registrados acréscimos de R\$587.374 na controladora e R\$779.862 consolidado, composto por R\$587.374 da Companhia e R\$192.488 da Terra Networks e POP.

(2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

(3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2017, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas indiretas (Innoweb e TGLog) no montante de R\$11.938 (R\$2.993 em 31 de dezembro de 2016), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização dos mesmos.

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realização dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

	Controladora	Consolidado
2018	1.768.735	1.904.953
2019	543.722	685.775
2020	3.693.341	332.851
2021	6.309.033	1.572.567
2022	426.700	428.867
2023 em diante	694.083	704.303
Total	(4.475.416)	(4.450.194)
	(709.325)	(337.917)

b) Movimentação dos Investimentos

	TData (1)	POP (1)	GVTPart. (1)	Aliança (2)	AIX (2)	ACT (2)	Ágios (3)	Mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora	Outros investimentos (4)	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.15	1.056.305	-	7.674.444	89.799	10.099	4	13.049.199	2.461.583	1.259	24.342.692	(24.241.531)	101.161
Resultado de equivalência patrimonial	772.634	7.298	132.241	(57)	1.298	3	-	(67.641)	-	845.776	(844.532)	1.244
Incorporação (nota 1.c.2)	-	22.590	(7.806.685)	-	-	-	(12.837.141)	(2.393.942)	-	(23.015.178)	23.015.178	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(749.395)	-	-	-	489	-	-	-	-	(748.906)	749.395	489
Outros resultados abrangentes	(80)	-	-	(17.232)	-	-	-	-	83	(17.229)	80	(17.149)
Saldos em 31.12.16	1.079.464	29.888	-	72.510	11.886	7	212.058	-	1.342	1.407.155	(1.321.410)	85.745
Resultado de equivalência patrimonial	1.292.826	9.078	-	(8)	1.587	1	-	-	-	1.303.484	(1.301.904)	1.580
Efeitos da aquisição do Terra Brasil pela TData	(59.029)	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.029)	59.029	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(707.794)	-	-	-	-	-	-	-	-	(707.794)	707.794	-
Outros resultados abrangentes	(6.117)	-	-	-	-	-	-	-	338	5.460	6.117	11.577
Saldos em 31.12.17	1.599.350	38.966	-	83.741	13.473	8	212.058	-	1.680	1.949.276	(1.850.374)	98.902

(1) Controladas integrais.
(2) Ágios: (i) R\$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006; e (ii) R\$12.837.141 da aquisição da GVTPart. (nota 1.c.3).
(3) Ágios: (i) R\$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006; e (ii) R\$12.837.141 da aquisição da GVTPart. (nota 1.c.3).
(4) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

12. IMOBILIZADO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Depreciação

	Controladora				Consolidado			
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais/modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
Taxa anual de depreciação (%)	2,50 a 25,00%	6,67 a 66,67%	2,50 a 66,67%	10,00 a 25,00%				
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.15	14.476.070	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768	22.019.076
Adições	355.291	88.653	157.101	215	304.176	(19.858)	5.521.186	6.406.764
Baixas líquidas (2)	(20.447)	(467)	(98.879)	(202)	(751)	(21)	(36.488)	(135.526)
Transferências líquidas	3.693.341	693.367	361.905	-	(38.238)	(3)	(4.776.753)	(66.381)
Depreciação (nota 24)	(2.581.663)	(1.303.734)	(504.787)	-	(357.263)	-	-	(4.747.447)
Incorporação (nota 1.c.2)	6.309.033	1.572.567	428.622	2.601	159.039	(331.956)	221.157	8.361.063
Saldo em 31.12.16	22.231.625	2.581.179	3.715.494	315.719	778.048	(485.386)	2.700.870	31.837.549
Adições	42.997	141.132	91.160	550	238.989	(37.278)	6.062.652	6.540.202
Baixas líquidas	(88.764)	(7.602)	(6.691)	(1.916)	162.224	(17.572)	(1.752.77)	37.153
Transferências líquidas	3.634.293	1.471.431	619.008	-	15.453	132.578	(5.891.972)	(19.209)
Depreciação (nota 24)	(3.011.178)	(1.466.459)	(541.289)	-	(264.237)	-	-	(5.283.163)
Saldo em 31.12.17	22.808.973	2.719.681	3.877.682	314.353	765.682	(227.862)	2.854.023	33.112.532
Em 31.12.16								



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Taxas de Depreciação

Em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, a Companhia realizou em 2017 e 2016 avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os resultados destas avaliações não indicaram a necessidade de alterações nas vidas úteis em 2017.

Com relação a 2016, estas avaliações indicaram a necessidade de alterações nas vidas úteis e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos. Essas alterações nas estimativas contábeis foram aplicadas, reduzindo a despesa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em R\$157.053.

c) Bens do Imobilizado em Garantia

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$176.591 (R\$203.600 em 31 de dezembro de 2016).

d) Bens Reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$8.763.355 (R\$8.813.916 em 31 de dezembro de 2016), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

e) Arrendamento Financeiro

Em 31 de dezembro de 2017, as classes de equipamentos de comutação e transmissão, infraestrutura e outros ativos imobilizados incluíam os valores residuais líquidos de R\$280.103 (R\$298.604 em 31 de dezembro de 2016), em que a Companhia é arrendatária de operações *leasing* financeiro.

13. INTANGÍVEL

a) Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Controladora									
	Vida útil indefinida		Vida útil definida				Perdas estimadas		Softwares em andamento	Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	para softwares			
	20,00	11,76	5,13	3,60	6,67	20,00				
Taxa anual de amortização (%)										
Saldo em 31.12.15	10.013.222	2.162.935	861.310	1.242.025	15.635.082	6.495	-	76.471	29.997.540	
Adições (1)	-	615.462	-	-	185.450	11.815	(4.550)	519.563	1.327.740	
Baixas líquidas	-	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)	
Transferências líquidas	-	617.232	-	-	-	66.899	(31)	(532.609)	132.709	
Amortização (nota 24)	-	(922.275)	(507.102)	(107.149)	(922.564)	(6.287)	-	(2.465.377)	-	
Incorporação (nota 1.c.2)	12.837.141	219.856	2.207.012	22.944	-	56.368	-	15.343.321	-	
Saldo em 31.12.16	22.850.363	2.693.207	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.698	(4.581)	63.425	44.270.120	
Adições	-	260.777	-	-	-	207	-	1.100.785	1.361.769	
Baixas líquidas	-	(7.425)	-	-	-	-	-	4.051	(3.374)	
Transferências líquidas	-	701.545	-	-	-	(24.297)	31	(658.070)	19.209	
Amortização (nota 24)	-	(943.704)	(582.357)	(84.205)	(928.362)	(5.660)	-	(2.544.288)	-	
Saldo em 31.12.17	22.850.363	2.704.400	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.948	(499)	506.140	43.103.436	
Custo	22.850.363	14.019.938	4.513.278	1.658.897	20.237.572	267.065	(4.581)	63.425	63.605.957	
Amortização acumulada	-	(11.326.731)	(1.952.058)	(501.077)	(5.339.604)	(216.367)	-	-	(19.335.837)	
Total	22.850.363	2.693.207	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.698	(4.581)	63.425	44.270.120	
Custo	22.850.363	14.966.763	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.193	(499)	506.140	64.970.707	
Amortização acumulada	-	(12.262.363)	(2.534.415)	(585.282)	(6.267.966)	(217.245)	-	-	(21.867.271)	
Total	22.850.363	2.704.400	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.948	(499)	506.140	43.103.436	

	Consolidado									
	Vida útil indefinida		Vida útil definida				Perdas estimadas		Softwares em andamento	Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	para softwares			
	20,00 a 50,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	6,67 a 20,00					
Saldo em 31.12.15	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.274.803	15.635.082	18.190	-	76.471	45.607.191	
Adições (1)	-	634.528	-	-	185.450	19.796	(4.550)	519.563	1.354.787	
Baixas líquidas	-	24	-	-	-	(11)	(31)	-	(18)	
Transferências líquidas	-	616.336	-	-	-	19.207	-	(532.609)	102.934	
Amortização (nota 24)	-	(942.090)	(593.281)	(116.983)	(922.564)	(6.480)	-	(2.581.398)	-	
Saldo em 31.12.16	23.062.421	2.694.521	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.702	(4.581)	63.425	44.483.496	
Adições	-	276.390	-	-	-	207	-	1.100.785	1.377.382	
Baixas líquidas	-	(7.427)	-	-	-	-	-	4.051	(3.376)	
Transferências líquidas	-	701.545	-	-	-	(24.297)	31	(658.070)	19.209	
Amortização (nota 24)	-	(944.753)	(582.357)	(84.205)	(928.362)	(5.660)	-	(2.545.337)	-	
Combinação de negócios (nota 1.c.1)	-	530	-	-	-	-	-	-	530	
Saldo em 31.12.17	23.062.421	2.720.806	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.952	(499)	506.140	43.331.904	
Custo	23.062.421	14.062.127	4.513.278	1.658.897	20.237.572	267.074	(4.581)	63.425	63.860.213	
Amortização acumulada	-	(11.367.606)	(1.952.058)	(501.077)	(5.339.604)	(216.372)	-	-	(19.376.717)	
Total	23.062.421	2.694.521	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.702	(4.581)	63.425	44.483.496	
Custo	-	15.125.532	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.201	(499)	506.140	42.279.121	
Amortização acumulada	23.062.421	(12.404.726)	(2.534.415)	(585.282)	(6.267.966)	(217.249)	-	-	(1.052.783)	
Total	23.062.421	2.720.806	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.952	(499)	506.140	43.331.904	

(1) Em 17 de dezembro de 2015, a Companhia foi vencedora em sete lotes na frequência de 2.500MHz, tendo ofertado o montante de R\$185.450. Em 21 de julho de 2016, através dos atos nº 2.483, nº 2.485 e nº 2.486, o Conselho Diretor da ANATEL homologou o uso destas radiofrequências. Os termos de autorização destas faixas de radiofrequências foram assinados em 26 de julho de 2016 e publicados no DOU em 26 de agosto de 2016.

b) Composição dos Ágios

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (1)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (2)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (3)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (4)	9.160.488	9.160.488
GVT Participações S. A. (5)	12.837.141	12.837.141
Total	22.850.363	23.062.421

(1) Ágio gerado da cisão parcial Spanish e Figueira, vertido para a Companhia pela incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDBH) ocorrida em 2006.

(2) Ágio gerado na aquisição da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações) ocorrida em 2004.

(3) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) ocorrida em 2008.

(4) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.

(5) Ágio gerado na aquisição da GVT Participações ocorrida em 2015 (nota 1.c.3).

c) Teste de Recuperabilidade dos Ágios

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36 / CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,5% e 5,0% em 2017 e 2016, respectivamente. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos tributos de 13,58% em 2017 (14,75% em 2016), também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 4,0% em 31 de dezembro de 2017 e (4,5% em 31 de dezembro de 2016).

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

c.1) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso:

- O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:
- Crescimento da Receita:** é baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga, TV paga e TI comparadas com os serviços de voz (fixa).
- Evolução da margem operacional:** leva em consideração a margem histórica, estimativa de correção de preços, assim como os projetos em andamento com o objetivo de maior eficiência de custos.
- Volume de CapEx:** foram considerados os projetos em andamento visando a melhor eficiência de utilização de CapEx associado a necessidade de incremento de capacidade e cobertura alinhados com a evolução de receitas previstas no plano de longo prazo. O volume de CapEx também pode ser impactado pela evolução da inflação e variação cambial.
- Taxas de desconto:** representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

c.2) Sensibilidade a mudanças nas premissas

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir apresentamos as variações (aumentos/diminuições), expressas em pontos percentuais (p.p) que foram assumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Variações nas principais premissas	Em pontos percentuais			
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Variáveis financeiras				
Taxa de desconto			+/- 1,0	
Taxas de crescimento na perpetuidade			+/- 0,5	
Variáveis operacionais				
Margem OIBDA			+/- 2,0	
Margem de Capex/Receita			+/- 1,0	

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2017 e 2016 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima, bem razoáveis, nenhuma perda seria reconhecida.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Salários e remunerações	37.070	54.525	40.171	55.476
Encargos e benefícios sociais	354.467	375.249	399.229	384.073
Participação de empregados nos resultados	247.501	282.134	273.384	285.887
Planos de remuneração baseados em ações (nota 29)	31.567	45.906	33.880	46.223
Total	670.605	757.814	746.664	771.659
Circulante	648.957	746.798	723.380	760.843
Não circulante	21.648	11.016	23.284	11.016

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	6.380.614	6.270.535	6.683.503	6.617.240
Valores a repassar (operadoras, <i>cobilling</i>)	183.250	314.959	187.976	314.958
Interconexão / interligação (1)	224.777	369.715	224.777	369.715
Partes relacionadas (nota 28)	1.772.203	656.093	350.844	381.240
Total	8.560.844	7.611.302	7.447.100	7.683.153
Circulante	8.560.844	7.539.395	7.447.100	7.611.246
Não circulante	-	71.907	-	71.907

(1) Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado como não circulante, referia-se a uma demanda judicial movida contra uma operadora de SMP com o pleito de redução do valor de VU-M. Em maio de 2017, o montante atualizado de R\$71.956 foi levantado a favor da operadora, após a composição de acordo entre as partes.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	4.479	11.520
ICMS	1.106.507	1.187.244	1.149.137	1.226.172
PIS e COFINS	385.501	371.838	419.589	412.149
Fust e Funttel	93.869	92.828	93.869	92.828
ISS, CIDE e outros tributos	102.327	67.420	113.689	77.189
Total	1.688.204	1.719.330	1.780.673	1.819.862
Circulante	1.669.741	1.698.334	1.731.315	1.770.731
Não circulante	18.463	20.996	49.448	49.131

17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber

a.1) Composição:

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha R\$323.206 a receber da TData, referente a dividendos mínimos obrigatórios de 2017.

a.2) Mov



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de bens móveis; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de crédito de ICMS relativo à obtenção de bens destinados ao ativo imobilizado e cobrança de ICMS na transferência interestadual de bens de ativo imobilizado entre as filiais; (iv) estorno de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) cobrança diferida do ICMS interconexão (Detraf); (xii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiii) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xiv) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xv) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvi) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xvii) estorno de crédito decorrente de operação de comodatário, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xviii) multa Detraf; (xix) consumo próprio; (xx) isenção de órgãos públicos; (xxi) ICMS sobre os valores dados à título de descontos; (xxii) reestruturação de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiii) ICMS sobre assinatura mensal; (xxiv) sobre serviços não medidos; e (xxv) ICMS sobre serviços de publicidade.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$18.968.349 (R\$15.389.802 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS sobre retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Latino America Holding; (x) ISS sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; e (xii) ISS sobre processamento de dados e congêneres antivírus.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$548.014 (R\$853.244 em 31 de dezembro de 2016).

FUST, FUNTEL, FISTEL e EBC**Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")**

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$4.316.571 (R\$4.089.065 em 31 de dezembro de 2016).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$493.867

(R\$1.190.637 em 31 de dezembro de 2016).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (a) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e (b) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.556.443 (R\$2.352.000 em 31 de dezembro de 2016).

Contribuição a Empresa Brasil de Comunicação ("EBCC")
O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sinditelebrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08.

Diversas notificações de lançamento de débito foram lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$279.292 (R\$244.808 em 31 de dezembro de 2016).

c) Provisões e Contingências Cíveis

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisões prováveis	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Contingências possíveis	1.047.435	1.038.230	1.055.877	1.039.357
	2.840.894	2.573.459	2.858.796	2.574.836

c.1) Provisões cíveis prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia e/ou controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2017 o montante consolidado provisionado era de R\$324.232 (R\$256.276 em 31 de dezembro de 2016).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2017 o montante consolidado provisionado era de R\$296.169 (R\$386.699 em 31 de dezembro de 2016).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2017, o montante consolidado provisionado era de R\$435.476 (R\$396.382 em 31 de dezembro de 2016).

c.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em síntese, restabelecimento ao *"status quo"* anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexistência, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicações ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o *"desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel"*, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexistência, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telembras.
- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON"), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2017, o montante consolidado era de R\$2.827.071 (R\$2.559.252 em 31 de dezembro de 2016).
- A TOLGO (empresa controlada pela TData) é parte no processo de ação de execução cível que tramita na 3ª Vara Cível de Barueri - SP pela alegação do descumprimento contratual de transportes de mercadorias. Em 31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$178 (R\$1.377 em 31 de dezembro de 2016).
- A Terra Networks (empresa controlada pela TData) é parte em: (i) ação movida por fornecedor referente a transmissão de eventos; (ii) multa do PROCON (ação anulatória); (iii) ação indenizatória relativa ao uso de conteúdo; (iv) ação ECAD relativa a cobrança de direitos autorais; e (v) ações reclamatórias movidas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor indevido e descumprimento contratual. Em 31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$17.340.
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor ("SAC"). Atualmente temos algumas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o montante era de R\$14.207.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável à julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova pericia. No presente momento, aguardamos o julgamento do agravo regimental interposto contra decisão anterior ao acórdão, que rejeitou o pedido de ingresso dos antigos advogados da Lune como assistentes da parte autora. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são ré em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL.

d) Provisões e Contingências Regulatórias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisões prováveis	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Contingências possíveis	1.103.792	828.934	1.103.792	828.934
	5.065.907	5.018.205	5.065.907	5.018.205

d.1) Provisões regulatórias prováveis

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2017, o montante consolidado provisionado era de R\$1.103.792 (R\$828.934 em 31 de dezembro de 2016).

d.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2017 o montante consolidado era de R\$5.065.907 (R\$5.018.205 em 31 de dezembro de 2016).

b) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Emissão	Controladora / Consolidado				Valor da emissão	Remuneração a.a.	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
	Informações em 31 de Dezembro de 2017											
	Data de emissão	Data de vencimento	Quantidades	Quantidades								
4ª emissão - Série 3	15/10/09	15/10/19	810.000	23.557	810.000	IPCA+4,00%	312	40.010	40.322	307	36.990	37.297
1ª emissão - Minas Comunica	17/12/07	05/07/21	5.550	5.550	55.500	IPCA+0,50%	24.088	72.264	96.352	-	97.308	97.308
3ª emissão	10/09/12	10/09/17	200.000	200.000	2.000.000	100% do CDI + 0,75%	-	-	-	2.086.763	-	2.086.763
4ª emissão	25/04/13	25/04/18	130.000	130.000	1.300.000	100% do CDI + 0,68%	1.317.513	-	1.317.513	33.434	1.299.505	1.332.939
5ª emissão	08/02/17	08/02/22	200.000	200.000	2.000.000	108,25% do CDI	64.397	1.996.517	2.060.914	-	-	-
6ª emissão	27/11/17	27/11/20	100.000	100.000	1.000.000	100% do CDI + 0,24%	6.176	999.462	1.005.638	-	-	-
Total							1.412.486	3.108.253	4.520.739	2.120.504	1.433.803	3.554.307

Os custos de transação associados a 4ª, 5ª e 6ª emissões, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 era de R\$5.422 (R\$495 em 31 de dezembro de 2016, 3ª e 4ª emissões), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

c) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro, debêntures e contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2017 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora / Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2019	3.190.529	3.544.714	271.530	377.721	8.497.738
2020	466.629	-	61.866	-	1.194.580
2021	(12.040)	-	666.085	-	(12.040)
2022	385.240	486.178	62.242	49.933	1.020.605
2023 em diante	-	495	-	37.012	495
Total	4.158.015	3.554.307	374.428	414.733	9.224.074
Ingressos	55.876	3.000.000	13.462	571.444	3.640.782
Subvenção governamental (nota 19)	(1.581)	-	-	-	(1.581)
Encargos financeiros (nota 26)	300.153	485.295	45.265	70.603	31.411
Custos de emissão	-	(4.926)	-	-	(4.926)
Variação cambial (nota 26)	15.846	-	-	-	15.846
Baixas (pagamentos)	(2.025.963)	(2.513.937)	(47.695)	(757.486)	(5.345.081)
Saldo em 31.12.17	2.502.346	4.520.739	385.460	446.144	8.461.841

d) Cláusulas Restritivas

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

e) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

Saldo em 31.12.15	Controladora					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - Fornecedores	Contraprestação contingente	
Ingressos	3.190.529	3.544.714	271.530	377.721	8.497.738	
Subvenção governamental (nota 19)	466.629	-	61.866	-	1.194.580	
Encargos financeiros (nota 26)	(12.040)	-	666.085	-	(12.040)	
Custos de emissão	385.240	486.178	62.242	49.933	1.020.605	
Variação cambial (nota 26)	-	495	-	37.012	495	
Variação cambial (nota 26)	(272.795)	-	-	-	(272.795)	
Baixas (pagamentos)	(1.132.214)	(477.080)	(43.285)	(1.106.671)	(2.759.250)	
Incorporação (nota 1.c.2)	1.532.666	-	22.075	-	1.554.741	
Saldo em 31.12.16	4.158.015	3.554.307	374.428	722.591	9.224.074	
Ingressos	55.876	3.000.000	13.462	571.444	3.640.782	
Subvenção governamental (nota 19)	(1.581)	-	-	-	(1.581)	
Encargos financeiros (nota 26)	300.153	485.295	45.265	70.603	31.411	
Custos de emissão	-	(4.926)	-	-	(4,926)	
Variação cambial (nota 26)	15.846	-	-	-	15.846	
Variação cambial (nota 26)	(2.025.963)	(2.513.937)	(47.695)	(757.486)	(5.345.081)	
Saldo em 31.12.17	2.502.346	4.520.739	385.460	446.144	8.461.841	

Saldo em 31.12.15	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - Fornecedores	Contraprestação contingente	
Ingressos	4.773.489	3.544.714	296.684	1.228.682	377.721	10.221.290
Subvenção governamental (nota 19)	466.629	-	61.866	666.085	-	1.194.580
Encargos financeiros (nota 26)	(12.040)	-	61.866	666.085	-	(12,040)
Custos de emissão	424.867	486.178	63.003	50.038	37.012	1.061.098
Variação cambial (nota 26)	-	495	-	-	-	495
Variação cambial (nota 26)	(272.795)	-	-	-	-	(272,795)
Baixas (pagamentos)	(1.222.135)	(477.080)	(47.125)	(1.222.214)	-	(2.968,554)
Saldo em 31.12.16	4.158.015	3.554.307	374.428	722.591	414.733	9.224.074
Ingressos	55.876	3.000.000	13.462	571.444	-	3.640.782

- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre parte de suas receitas em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão e outras receitas operacionais não devem integrar a base de cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

3) Termo de ajustamento de conduta ("TAC")
O Conselho Diretor da ANATEL aprovou, no dia 27 de outubro de 2016, o TAC da Companhia. Em 27 de setembro de 2017, este instrumento foi julgado pelo Tribunal de Contas da União ("TCU"), com a instrução de recomendações e determinações à ANATEL para o prosseguimento da análise do instrumento.

e) Garantias



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6ª Emissão

Em reunião realizada em 13 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou pela realização da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, em série única, da espécie quirografia, no montante total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de colocação publica com esforços restritos, sob regime de garantia firme, nos termos da ICVM 476/09.

Em 27 de novembro de 2017, a Companhia emitiu 100.000 debêntures, com valor nominal equivalente a R\$10. As debêntures possuem prazo de vencimento de três anos e o valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente.

Os juros remuneratórios correspondem a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia ("DI"), acrescidos de um spread equivalente a 0,24%.

21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Licenças de autorização (1)	258.742	1.048.523	258.742	1.048.523
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	139.173	145.332	125.987	112.358
Ônus de renovação de licenças (2)	167.536	215.151	167.536	215.151
Retenções de terceiros (3)	126.361	222.696	144.593	227.685
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30)	522.498	327.670	531.938	327.670
Valores a restituir a assinantes	187.826	166.644	189.380	168.708
Outras obrigações	70.108	90.815	72.893	92.447
Total	1.472.244	2.216.834	1.491.069	2.192.545
Circulante	700.251	1.641.926	718.468	1.640.757
Não circulante	771.993	574.908	772.601	551.788

(1) Inclui a parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras do leilão das licenças de 4G constituíram a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, além de outras operações em que as operadoras vencedoras possuem obrigações, conforme definido no contrato. Em 31 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$585.991 à EAD, referente a 2ª e 3ª parcelas do leilão de faixas de frequência de 700 MHz nacionais para a prestação do SMP, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014.

(2) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.

(3) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias ou preferenciais. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV) estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Em 31 de dezembro de 2017:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%
Telefônica Latinoamérica Holding, S.L.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.131.868	37,09%	444.452.657	26,28%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	983	0,00%	2.291.147	0,14%
Total de ações emitidas	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%
Ações em tesouraria	(2.290.164)		(983)		(2.291.147)	
Total de ações em circulação	569.354.053		1.119.339.723		1.688.693.776	

Em 31 de dezembro de 2016:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%
Telefônica Latinoamérica Holding, S.L.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.132.512	37,09%	444.453.301	26,28%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	339	0,00%	2.290.503	0,14%
Total de ações emitidas	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%
Ações em tesouraria	(2.290.164)		(339)		(2.290.503)	
Total de ações em circulação	569.354.053		1.119.340.367		1.688.694.420	

b) Reservas de Capital

b.1) Reserva Especial de Aço

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SPTE Participações Ltda) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era de R\$63.074.

b.2) Outras Reservas de Capital

A seguir, apresentamos a composição desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	2.735.930	2.735.930
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (2)	(112.107)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (3)	(62.433)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	(1.188.707)	(1.188.707)
Efeitos das aquisições da Lemontree e CTR pela Companhia e TLog pela TData (5)	(75.388)	(75.388)
Efeitos da cotação das ações pela transferência de ações referente a processo judicial (6)	2	2
Efeitos da aquisição do Terra Networks Brasil pela TData (7)	(59.029)	-
Total	1.238.268	1.297.297

(1) Refere-se ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

(2) Refere-se ao cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, aprovado pela AGE de 12 de março de 2015.

(3) Refere-se aos custos diretos, (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.

(4) Refere-se a diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.

(5) Refere-se aos efeitos das transações de aquisição de ações de acionistas não controladores que, com a adoção do IFRS 10/CPs 35 e 36 passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário.

(6) Refere-se aos efeitos das cotizações das ações nas baixas pela transferência de 62 ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação pelo cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

(7) Refere-se aos efeitos pela aquisição da Terra Networks pela TData, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos (nota 1.c.1).

b.3) Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de resgate dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart (nota 1.c.3); (ii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações vigente ao tempo da operação (nota 22.f); e (iii) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

A seguir, apresentamos a movimentação desta rubrica para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Quantidade de ações			R\$ mil
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em 31 de dezembro de 2015	2.290.164	734	2.290.898	(87.805)
Transferência de ações referente processo judicial (1)	-	(395)	(395)	15
Em 31 de dezembro de 2016	2.290.164	339	2.290.503	(87.790)
Aquisição de ações preferenciais próprias no mercado financeiro (2)	-	706	706	(32)
Transferência de ações referente processo judicial (1)	-	(62)	(62)	2
Em 31 de dezembro de 2017	2.290.164	983	2.291.147	(87.820)

(1) Refere-se às transferências de ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação para o cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

(2) A Companhia adquiriu no mercado financeiro ações preferenciais de sua emissão, sendo: (i) em 1º de junho de 2017, 45 ações a um preço unitário de R\$47,31, totalizando R\$2; e (ii) em 5 de julho de 2017, 661 ações a um preço unitário de R\$45,26, totalizando R\$32.

c) Reservas de Lucro

Os montantes das reservas de lucro estão assim distribuídos:

	Reserva legal (1)	Reserva para expansão e modernização (2)	Incentivos fiscais (3)	Total
Em 31 de dezembro de 2015	1.703.643	700.000	6.928	2.410.571
Reversão de reservas	-	(700.000)	-	(700.000)
Constituição de reservas	204.262	550.000	10.141	764.403
Em 31 de dezembro de 2016	1.907.905	550.000	17.069	2.474.974
Reversão de reservas	-	(550.000)	-	(550.000)
Constituição de reservas	230.439	297.000	10.815	538.254
Em 31 de dezembro de 2017	2.138.344	297.000	27.884	2.463.228

(1) Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

(2) Esta reserva é constituída com base no orçamento de capital, que tem o objetivo de garantir a expansão da capacidade de rede para atender à crescente demanda da Companhia e garantir a qualidade na prestação dos serviços. Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76, o orçamento de capital será submetido para a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas ("AGO").

(3) A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP. A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

d.1) Dividendos Complementares do Exercício de 2016

Em 26 de abril de 2017, a AGO da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2016, ainda não distribuídos, no montante de R\$1.913.987, equivalente a R\$1,06295487663 e R\$1,16925036430 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O montante foi pago em 13 de dezembro de 2017.

d.2) Remuneração aos Acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2017 e 2016:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	4.608.790	4.085.242
Apropriação à reserva legal	(230.439)	(204.262)
Total	4.378.351	3.880.980
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(10.815)	(10.141)
Lucro líquido ajustado	4.367.536	3.870.839
Dividendos e JSCP distribuídos no ano:	2.416.639	2.172.145
Juros sobre o capital próprio (bruto)	2.416.639	2.172.145
Saldo de lucro líquido não destinado	1.950.897	1.698.694
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização	550.000	700.000
(-) Instrumentos patrimoniais prescritos	101.778	221.559
(-) Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos <i>superavitários</i> , líquidos de tributos	(113.811)	(156.266)
Lucro disponível para distribuição	2.488.864	2.463.987
Proposta para a distribuição:		
Reserva especial para expansão e modernização	297.000	550.000
Dividendos adicionais propostos	2.191.864	1.913.987
Total	2.488.864	2.463.987
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	1.099.884	967.710

A forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar foi:

Para o exercício de 2017: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ainda não destinados, no montante de R\$1.950.897, mais os instrumentos patrimoniais prescritos em 2017 no montante de R\$110.778 e a reversão da reserva para expansão e modernização de 2016 no montante de R\$550.000 e menos outros resultados abrangentes no montante de R\$113.811 que totalizam R\$2.488.864. Deste montante, R\$297.000 foram classificados como "Reserva Especial para Expansão e Modernização" e R\$2.191.864 foram classificados como dividendos adicionais propostos, dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Para o exercício de 2016: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ainda não destinados, no montante de R\$1.698.694, mais os instrumentos patrimoniais prescritos em 2016 no montante de R\$221.559 e a reversão da reserva para expansão e modernização de 2016 no montante de R\$700.000 e menos outros resultados abrangentes no montante de R\$156.266 que totalizam R\$2.463.987. Deste montante, R\$550.000 foram classificados como "Reserva Especial para Expansão e Modernização" e R\$1.913.987 foram classificados como dividendos adicionais propostos, dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, submetida e aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas em 26 de abril de 2017.

Total de dividendo proposto para distribuição - por ação

	2017	2016
Ações ordinárias	1,217277	1,062955
Ações preferenciais (1)	1,339005	1,169250

(1) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme demonstrados a seguir:

Exercício de 2017

Aprovação	Datas		Início do		Valor Bruto		Valor Líquido		Valor por Ação (1)	
	Crédito	Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
13/02/17	24/02/17	Até 31/12/18	56.916	123.084	180.000	48.379	104.621	153.000	0,084970	0,093467
20/03/17	31/03/17	Até 31/12/18	110.669	239.331	350.000	94.069	203.431	297.500	0,165220	0,181742
19/06/17	30/06/17	Até 31/12/18	30.039	64.961	95.000	25.533	55.217	80.750	0,044845	0,049330
18/09/17	29/09/17	Até 31/12/18	96.440	208.560	305.000	81.974	177.276	259.250	0,143978	0,158375
14/12/17	26/12/17	Até 31/12/18	470.072	1.016.567	1.486.639	399.561	864.082	1.263.643	0,701779	0,771957
Total			764.136	1						



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso. O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes dos tributos	5.249.381	4.701.427	5.730.773	5.134.722
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.784.790)	(1.598.485)	(1.948.463)	(1.745.805)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos e da mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuídos à Companhia (nota 11)	443.185	287.563	537	423
Juros sobre o capital próprio prescritos	(21.843)	(11.432)	(21.843)	(11.432)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	2.007	-
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(86.946)	(82.089)	(94.413)	(88.916)
Tributos diferidos reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	-	-	132.080	-
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	821.657	738.529	821.657	738.529
Outras (adições) exclusões	(11.854)	49.729	(13.545)	57.721
Débito tributário	(640.591)	(616.185)	(1.121.983)	(1.049.480)
Taxa efetiva	12,2%	13,1%	19,6%	20,4%
IRPJ e CSLL corrente	36.226	99.208	(580.578)	(288.063)
IRPJ e CSLL diferido	(676.817)	(715.393)	(541.405)	(761.417)

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.b).

28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e Saldos com Partes Relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo Telefônica;
- Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefônica Inteligência e Segurança Brasil;
- Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- Direito de uso de determinadas licenças de *softwares*, incluindo a manutenção e suporte, prestados pela Telefônica Global Technology;
- Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telxius Cable Brasil, Telefônica International Wholesale Services Espanha, Telefônica USA e Media Net Br;
- Operações com empresas do Grupo Terra sediadas no exterior, referentes a compra de conteúdo de internet, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência. Em 3 de julho de 2017, a TData (controlada integral da Companhia) adquiriu o controle acionário do Terra Networks Brasil, nota 1.c.1.). Sendo assim os saldos apresentados no quadro de resultado referem-se ao período de janeiro a junho de 2017;
- Serviços de marketing prestados pelas empresas do Grupo Terra;
- Prestação de serviços de veiculação de publicidade, venda de soluções de caixas postais e desenvolvimento e venda de conteúdo, prestados pelo Terra Networks Brasil. Em 3 de julho de 2017, a TData (controlada integral da Companhia) adquiriu o controle acionário do Terra Networks Brasil, nota 1.c.1.). Sendo assim os saldos apresentados no quadro de resultado referem-se ao período de janeiro a junho de 2017;
- Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefônica International Wholesale Services Espanha e Telefônica USA;
- Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefônica;
- Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefônica;
- Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefônica;
- Planos de ações aos empregados da Telefônica Brasil e controladas diretas e indiretas, vinculado a aquisição de ações Telefônica;
- Cost Sharing Agreement* (CSA), reembolso de gastos referente ao negócio digital para Telefônica Digital;
- Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefônica;
- Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do grupo pela Telxius;
- Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a Educação e Formação em modalidade *e-learning* prestados pela T. Learning Services Brasil;
- Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo;
- Investimento Social a Fundação Telefônica, utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;
- Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
- Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefônica Compras Eletrônicas;
- Mídia digital de serviços de comercialização e exploração de *marketing* digital *in-store* e *outdoor* prestados pela Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil; e
- Operações de torres entre a Companhia e a Telxius Torres Brasil.

Conforme descrito na nota 30, a Companhia e controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

Empresas	Natureza da transação	Balanco Patrimonial - Ativo					
		Em 31.12.17			Em 31.12.16		
		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d)/l)	-	531	46	-	94	9.618
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	135.486	-	-	206.619
Telefônica	l)	-	492	158	-	-	633
		-	1.023	135.690	-	94	216.870
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	-	1.210	4.505	-	2.641	3.900
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a)/d)	-	1.017	2.106	-	81	59
Pegaso PCS	k)	-	2.757	-	-	6.163	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	22.315	-	-	9.849	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	-	6.067	-	-	6.180	-
Telefônica Digital España	l)	-	1.929	-	-	-	-
Telefônica Factoring do Brasil	a)/d)/l)	-	12.337	93	-	4.927	22
Telefônica Global Technology	l)	-	-	13.600	-	1.614	11.244
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	a)/d)/l)	-	271	1.013	-	868	945
Telefônica International Wholesale Services Espanha	j)	-	69.087	-	-	82.613	-
Telefônica Learning Services Brasil	a)	-	175	-	-	64	-
Telefônica Moviles Argentina	k)	-	7.194	-	-	6.288	-
Telefônica Moviles Del Chile	k)	-	539	387	-	10.207	337
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	-	8.918	-	-	9.220	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a)/d)/p)	-	2.938	2.355	-	2.518	2.410
Telefônica UK LTD.(02 UK LTD)	k)	-	1.350	-	-	8.809	-
Telefônica USA	j)	-	6.248	-	-	3.550	-
Telxius	g)	9.523	-	-	78.070	-	-
Telxius Cable Brasil	a)/d)/p)	-	28.981	819	-	11.513	2.678
Telxius Torres Brasil (1)	d)/l)/p)/x)	-	14.666	5.106	-	13.842	3.709
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú e Terra Networks Operation	g)/h)	-	8.159	-	-	-	-
Terra Networks Brasil	a)/d)/l)	-	-	-	-	5.499	7.596
Outras	a)/d)/g)/h)/k)/l)/p)	-	3.840	1.059	-	4.366	909
		-	9.523	199.998	31.043	78.070	190.812
		-	9.523	201.021	166.733	78.070	190.906
Total		-	9.523	201.021	166.733	78.070	190.906
Ativo circulante		-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante		-	-	-	-	-	-

Empresas	Natureza da transação	Balanco Patrimonial - Passivo					
		Em 31.12.17			Em 31.12.16		
		Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	l)	6.656	15.000	-	-	533	
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	86	-	-	109	-	
Telefônica	l)/m)/n)	1.205	99.950	2.236	84.759	85.292	
		7.947	114.950	2.236	84.759	85.292	
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	471	-	2.675	-	-	
Companhia AIX de Participações	u)	1.915	-	1.835	-	-	
Fundação Telefônica	v)	-	137	-	52	-	
Media Networks Latina America SAC	b)	4.248	-	32.398	-	-	
Media Networks Brasil Soluções Digitais	f)	33.751	318	11.821	318	-	
Pegaso PCS	k)	388	-	2.452	-	-	
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	5.477	-	4.409	-	-	
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	5.240	-	4.721	-	-	
Telefônica Compras Eletrônicas	v)	24.311	-	24.196	-	-	
Telefônica Digital España	l)/o)	46.645	-	35.347	-	-	
Telefônica Factoring do Brasil	l)/s)	-	146	-	6.154	-	
Telefônica Global Technology	e)/l)	15.671	-	15.169	-	-	
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	c)/l)	15.336	27	26.516	27	-	
Telefônica International Wholesale Services Espanha	r)	44.240	8	50.121	8	-	
Telefônica Learning Services Brasil	r)	37.931	-	16.328	-	-	
Telefônica Moviles Argentina	k)	3.865	-	13.997	-	-	
Telefônica Moviles Del Chile	k)	963	-	10.673	-	-	
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	3.589	-	4.671	-	-	
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	d)	-	376	112	1.042	-	
Telefônica UK LTD. (02 UK LTD)	f)	89	-	3.868	-	-	
Telefônica USA	k)	-	171	14.283	168	-	
Telxius Cable Brasil	f)	44.037	2.068	52.210	2.068	-	
Telxius Torres Brasil (1)	x)/l)	37.718	7.757	33.178	15.991	-	
Terra Networks México, Terra Networks Perú e Terra Networks Operation	h)	7.633	-	-	-	-	
Terra Networks Brasil	i)	-	-	3.360	1.209	-	
Outras	g)/h)/k)/l)/w)	9.379	29	14.555	29	-	
		342.897	11.037	378.895	27.066	-	
		350.844	125.987	381.240	112.358	-	
Total		350.844	125.987	381.240	112.358	-	
Passivo circulante		-	-	-	-	-	
Passivo não circulante		-	-	1.238	-	1.909	

Empresas	Natureza da transação	Demonstração dos Resultados					
		2017			2016		
		Receita operacional	Custos, despesas e outras despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita operacional	Custos, despesas e outras despesas operacionais	Resultado financeiro
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d)/l)	-	268	-	-	67	
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	36.523	11.030	-	87.526	
Telefônica	l)/m)/n)	-	(331.684)	(996)	-	(319.708)	
		-	(294.893)	10.034	-	(232.115)	
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	349	(10)	604	217	(2.845)	
Companhia AIX de Participações	a)/u)	36	(22.738)	-	67	(21.316)	
Fundação Telefônica	a)/t)	-	(11.395)	-	-	(10.530)	
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a)/d)/f)	600	(57.176)	-	572	(3.451)	
Media Networks Latina America SAC	b)	-	(33.133)	(516)	-	(17.133)	
Pegaso PCS	k)	170	536	-	86	(5.991)	
T. Learning Services Brasil	a)/f)	292	(54.782)	-	2	(47.544)	
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	75	(1.409)	-	45	(4.527)	
Telefônica Compras Eletrônicas	l)/o)	-	(29.062)	-	-	(42.889)	
Telefônica Digital España	l)/o)	-	(81.893)	(2.600)	-	(44.872)	
Telefônica Factoring do Brasil	a)/d)/l)/s)	69	828	61	41	200	
Telefônica Global Technology, S.A.U.	e)/l)	-	(36.595)	40	-	(28.933)	
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	a)/c)/d)/l)	706	(40.918)	-	1.041	(39.709)	
Telefônica International							
Wholesale Services Espanha	f)/j)	56.728	(49.960)	(2.564)	72.520	(56.293)	
Telefônica Moviles Argentina	k)	3.746	6.147	-	3.072	(9.112)	
Telefônica Moviles Del Chile	k)	1.586	(2.196)	52	1.074	(1.096)	
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	1.048	(1.969)	-	(836)	(2.170)	
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a)/d)/p)	286	(989)	-	118	867	
Telefônica UK LTD.(02 UK LTD)	k)	1.163	(1.374)	-	5	(994)	
Telefônica USA	f)/j)	2.392	(2.322)	(2.035)	2.998	(14.970)	
Telxius Cable Brasil	a)/d)/f)/p)	15.044	(200.536)	787	17.624	(246.595)	
Telxius Torres Brasil (1)	d)/l)/p)/x)	-	(107.373)	-	31	(72.460)	
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú e Terra Networks Operation	g)/h)	-	(9.782)	(120)	-	-	
Terra Networks Brasil	a)/d)/l)/i)	2.485	(10.719)	-	16.483	(17.884)	
Outras	k)/l)/p)/w)/x)	3.537	(14.608)	41	1.683	(23.677)	
		90.312	(763.228)	(6.250)	116.843	(713.924)	
		90.312	(1.058.121)	3.784	116.843	(946.039)	
Total		90.312	(1.058.121)	3.784	116.843	(946.039)	

(1) Em março de 2016, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Infraestrutura, de Cessão de Contratos de Locação, de Compartilhamento e Outras Avenças ("contrato") com a Telxius Torres Brasil Ltda (empresa controlada pela Telefônica). O objeto do contrato refere-se a compra e venda de 1.655 estruturas

de torres, cessão dos contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento. O valor total do contrato foi de R\$760.000, sendo este valor composto por R\$719.101 referentes às infraestruturas de torres e R\$40.899 referentes a carteira de clientes.

As condições do contrato foram elaboradas levando-se em conta: (i) transações anteriores de mesma natureza realizadas entre a Companhia e outras empresas do mercado; (ii) laudo de avaliação dos ativos objeto do contrato, realizado por uma empresa especializada independente; e (iii) *business plan* interno demonstrando que a operação é rentável para a Companhia.

A seguir, apresentamos um resumo da transação descrita acima:

Impactos no Balanco Patrimonial			
Descrição		Grupo do Balanco Patrimonial	R\$ mil
Valor a receber da Telxius Torres Brasil Ltda.		Créditos com partes relacionadas (1)	760.000
Valor da baixa dos valores residuais das torres		Ativo imobilizado (nota 12)	(99.210)
Valor das torres enquadradas como arrendamento financeiro		Arrendamento financeiro (nota 20)	2.674
Valor das torres aguardando condições contratuais para repasse		Receitas diferidas (nota 19)	140.846

(1) Em 8 de abril de 2016, a Telxius Torres Brasil Ltda. realizou a quitação do montante de R\$760.000 devido à Companhia referente a esta transação, que é reclassificado na demonstração dos fluxos de caixa como "Caixa recebido na venda de ativo im



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b.4) Plano Tcoprev

A Companhia patrocina, individualmente o Plano Tcoprev, plano híbrido de benefícios definidos e de contribuição definida de benefícios previdenciários, administrado pela Visão Prev.

As contribuições ao plano Tcoprev são: (i) contribuição básica, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuições voluntária e esporádica, com contribuição efetuada apenas pelo participante. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição variável, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Tcoprev e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

b.5) Planos Visão

Os planos Visão Telefônica e Visão Multi, por sua similaridade, passarão a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação Visão.

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano.

As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$43.702 em 31 de dezembro de 2017 (R\$37.879 em 31 de dezembro de 2016).

As contribuições aos planos Visão Telefônica e Visão Multi são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: Super Conservador, Conservador, Moderado, Agressivo e Agressivo Renda Fixa Longo Prazo.

c) Informações Consolidadas dos Planos de Previdência e de Outros Benefícios Pós-Emprego

c.1) Conciliação dos ativos e passivos

	Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.17			Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.16		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	1.861.651	1.050.576	2.912.227	1.763.866	767.642	2.531.508
Valor justo dos ativos dos planos	2.585.679	726.060	3.311.739	2.703.593	667.993	3.371.586
Passivo (ativo) líquido	(724.028)	324.516	(399.512)	(939.727)	99.649	(840.078)
Limitador dos ativos	791.177	130.440	921.617	993.754	164.953	1.158.707
Ativo não circulante	(9.833)	-	(9.833)	(9.041)	-	(9.041)
Passivo circulante	7.914	9.021	16.935	6.826	4.162	10.988
Passivo não circulante	69.068	445.935	515.003	56.242	260.440	316.682

c.2) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	2017			2016		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	3.044	7.606	10.650	2.811	2.761	5.572
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	5.258	29.325	34.583	5.278	2.986	8.264
Total	8.302	36.931	45.233	8.089	5.747	13.836

c.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2017			2016		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Ganhos (perdas) atuariais	325.292	208.195	533.487	(174.496)	240.072	65.576
Efeito limitador	(309.780)	(52.411)	(362.191)	182.088	(10.897)	171.191
Total	15.512	155.784	171.296	7.592	229.175	236.767

c.4) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	31.12.17			31.12.16		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	54.026	264.603	318.629	46.907	29.712	76.619
Combinação de negócios	(12)	680	668	-	-	-
Despesas no exercício	8.302	36.931	45.233	8.089	5.747	13.836
Contribuições das patrocinadoras	(10.680)	(3.041)	(13.721)	(8.562)	(31)	(8.593)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	15.512	155.784	171.296	7.592	229.175	236.767
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	67.148	454.957	522.105	54.026	264.603	318.629
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(9.833)	-	(9.833)	(9.041)	-	(9.041)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	76.982	454.956	531.938	63.068	264.602	327.670

c.5) Movimentação do passivo de benefício definido

	31.12.17			31.12.16		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido no início do exercício	1.763.866	767.642	2.531.508	1.503.966	402.927	1.906.893
Obrigação assumida por aquisição de sociedade	-	680	929	-	-	929
Custo do serviço corrente	3.044	7.606	10.650	2.811	2.761	5.572
Juros sobre o passivo atuarial	181.208	82.488	263.696	179.496	48.420	227.916
Benefícios pago	(168.856)	(30.777)	(199.633)	(156.056)	(24.229)	(180.285)
Contribuições de participantes vertidas	220	-	220	174	-	174
Perdas (ganhos) atuariais ajustados pela experiência	(23.613)	128.469	104.856	78.373	298.403	376.776
Ganhos atuariais ajustados por premissas demográficas	(3.320)	(1.543)	(4.863)	-	(81.144)	(81.144)
Perdas atuariais ajustadas por premissas financeiras	108.853	96.011	204.864	155.102	120.504	275.606
Passivo de benefício definido no final do exercício	1.861.651	1.050.576	2.912.227	1.763.866	767.642	2.531.508

c.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	31.12.17			31.12.16		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.703.593	667.993	3.371.586	2.178.182	529.485	2.707.667
Acervo adquirido por aquisição de sociedade	323	-	323	-	-	-
Benefícios pagos	(160.370)	(27.767)	(188.137)	(149.521)	(24.229)	(173.570)
Contribuições de participantes vertidas	220	-	220	174	-	174
Contribuições de patrocinador vertidas	2.195	31	2.226	2.027	31	2.058
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	283.090	71.061	354.151	264.761	65.015	329.776
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	(243.372)	14.742	(228.630)	407.970	97.691	505.661
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.585.679	726.060	3.311.739	2.703.593	667.993	3.371.586

c.7) Movimentação do limitador de ativos

	31.12.17			31.12.16		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Limitador dos ativos no início do exercício	993.754	164.953	1.158.707	721.123	156.270	877.393
Juros sobre o efeito limitador de ativos	107.140	17.898	125.038	90.543	19.580	110.123
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	(309.779)	(52.411)	(362.190)	182.088	(10.897)	171.191
Efeito gerado por aquisição de sociedade	62	-	62	-	-	-
Limitador dos ativos ao final do exercício	791.177	130.440	921.617	993.754	164.953	1.158.707

c.8) Resultados previstos para o exercício de 2018

	Planos de previdência pós-emprego			Planos de benefícios de saúde pós-emprego		
			Total			Total
Custo do serviço corrente	2.931	13.722	16.653	2.931	13.722	16.653
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	6.074	45.892	51.966	6.074	45.892	51.966
Total	9.005	59.614	68.619	9.005	59.614	68.619

c.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2018

	Planos de previdência pós-emprego			Planos de benefícios de saúde pós-emprego		
			Total			Total
Contribuições das patrocinadoras	2.499	33	2.532	2.499	33	2.532
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	7.914	9.026	16.940	7.914	9.026	16.940
Total	10.413	9.059	19.472	10.413	9.059	19.472

c.10) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	Planos de previdência pós-emprego		Planos de benefícios de saúde pós-emprego	
No exercício de 2017	8,5 anos	18,7 anos	8,5 anos	18,7 anos
No exercício de 2016	8,9 anos	12,7 anos	8,9 anos	12,7 anos

c.11) Premissas atuariais

	31.12.17			31.12.16		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	PBS-A e CTB: 9,8% Telefônica BD e Tcoprev: 9,9% PBS-A: N/A		9,9%	PBS-A e CTB: 9,8% Telefônica BD e Tcoprev: 9,9% PBS-A: N/A		9,9%
Taxa de crescimento salarial futuro	Visão, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: 5,9%		N/A	Visão, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: 5,9%		N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A		7,4%	N/A		7,4%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,3%		N/A	4,3%		N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A		57 anos	N/A		57 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão e Tcoprev: 60 anos		57 anos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%		57 anos em 10%
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%		RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: Light-Forte Visão: Light-Forte PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)		Light-Forte PAMA e PCE: N/A Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão e Tcoprev: 60 anos		57 anos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: Light-Forte Visão: Light-Forte PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)		Light-Forte PAMA e PCE: N/A Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas acima, para 2017 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 4,3%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

	31.12.16			31.12.17		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: 10,9%		10,9%	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: 10,8%		10,8%
Taxa de crescimento salarial futuro	PBS-A: N/A CTB, Telefônica BD, Prev e Visão: 6,2%		N/A	PBS-A: N/A CTB, Telefônica BD, Prev e Visão: 6,2%		N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A		7,6%	N/A		7,6%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,5%		N/A	4,5%		N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A		100% de participação; 3% a cada ano subsequentemente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A		100% de participação; 3% a cada ano subsequentemente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A e CTB: N/A Telefônica BD: 57 anos Prev e Visão: 60 anos		57 anos	PBS-A e CTB: N/A Telefônica BD: 57 anos Prev e Visão: 60 anos		57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%		AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%		AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: RP-2000 Disabled Masculina Lei 9.656/98: 100% aos 57 anos		PAMA e PCE: RP-2000 Disabled Masculina Lei 9.656/98: 100% aos 57 anos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: Light-Forte Visão: Light-Forte PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2008 a 2011)		Light-Forte PAMA e PCE: N/A Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2008 a 2011)

Além das premissas acima, para 2016 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 4,5%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

c.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:

	Planos de previdência pós-emprego		Planos de benefícios de saúde pós-emprego		Total	
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	1.861.651	1.050.576	2.912.227	1.861.651	1.050.576	2.912.227
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.756.118	956.108	2.712.226	1.756.118	956.108	2.712.226
Varição observada pela alteração das premissas atuariais	105.533	94.468	200.001	105.533	94.468	200.001

c.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

	Planos de previdência pós-emprego		Planos de benefícios de saúde pós-emprego		Total	
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	1.861.651	1.050.576	2.912.227	1.861.651	1.050.576	2.912.227
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.784.735	977.286	2.762.021	1.784.735	977.286	2.762.021
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	1.944.833	1.132.896	3.077.72			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2017.

Consolidado				
Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	(70.683)	(88.354)	(106.025)
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(42.808)	(53.510)	(64.212)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	113.754	142.192	170.631
	Exposição Líquida	263	328	394
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(56.071)	(70.088)	(84.106)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	164.648	205.810	246.972
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	(108.567)	(135.709)	(162.851)
	Exposição Líquida	10	13	15
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	279.566	259.689	242.286
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(381.564)	(361.681)	(344.274)
	Exposição Líquida	(101.998)	(101.992)	(101.988)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	42.538	42.575	42.612
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(140.859)	(140.859)	(140.859)
	Exposição Líquida	(98.321)	(98.284)	(98.247)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	221.553	276.004	330.097
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(225.708)	(281.531)	(337.072)
	Exposição Líquida	(4.155)	(5.527)	(6.975)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	418.496	414.263	410.144
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(1.586.846)	(1.582.396)	(1.578.066)
	Exposição Líquida	(1.168.350)	(1.168.133)	(1.167.922)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	(130.892)	(146.692)	(162.471)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(279.566)	(259.689)	(242.286)
Hedge IGP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(42.538)	(42.575)	(42.612)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(221.553)	(276.004)	(330.097)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(418.496)	(414.263)	(410.144)
	Exposição Líquida	(1.093.045)	(1.139.223)	(1.187.610)
		(2.465.596)	(2.512.818)	(2.562.333)
			(47.222)	(96.737)

Exposição líquida total em cada cenário
Efeito líquido na variação do valor justo atual

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2017 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	3,080	4,1350	4,9620
EUR	3,9676	4,9595	5,9514
JPY	0,0293	0,0367	0,0440
IPCA	2,79%	3,49%	4,19%
IGPM	-0,52%	-0,65%	-0,78%
IGP-DI	-0,27%	-0,34%	-0,41%
UMBND	0,0646	0,0807	0,0969
URTJLP	2,0314	2,5392	3,0470
CDI	6,89%	8,61%	10,34%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de hedge de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2017, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

b) Valor Justo

A Companhia e controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Controladora						
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)			3.681.173	4.675.627	3.681.173	4.675.627
Contas a receber, líquidas (nota 5)			8.413.403	8.282.685	8.413.403	8.282.685
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		por meio do resultado	2.480	3.979	2.480	3.979
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Hedge (econômico)	85.163	64.964	85.163	64.964
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia		Custo amortizado	81.472	78.153	81.472	78.153
Contas a receber, líquidas (nota 5)		Empréstimos e recebíveis	167.682	200.537	167.682	200.537
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Hedge (econômico)	76.762	144.050	76.762	144.050
Total de ativos financeiros			12.508.135	13.449.995	12.508.135	13.449.995
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 15)		Custo amortizado	8.560.844	7.539.395	8.560.844	7.539.395
Empréstimos e financiamentos (nota 20)		Custo amortizado	1.316.034	1.256.147	1.463.609	1.363.539
		Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)		Nível 2	304.921	1.286.828	317.231	1.307.310
Debêntures (nota 20)		Custo amortizado	1.412.174	2.120.197	1.532.427	2.242.291
		Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Debêntures (nota 20)		Nível 2	312	307	1.490	1.412
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		por meio do resultado	4.372	4.111	4.372	4.111
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Hedge (econômico)	735	179.101	735	179.101
Não Circulante						
Fornecedores (nota 15)		Custo amortizado	-	71.907	-	71.907
Empréstimos e financiamentos (nota 20)		Custo amortizado	1.353.582	1.837.077	1.291.974	1.668.524
		Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)		Nível 2	520.421	874.982	505.422	822.818
Contraprestação contingente (nota 20)		por meio do resultado	446.144	414.733	446.144	414.733
Debêntures (nota 20)		Custo amortizado	3.068.243	1.396.813	2.866.372	1.260.814
		Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Debêntures (nota 20)		Nível 2	40.010	36.990	37.717	34.124
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Hedge (econômico)	15.412	1.404	15.412	1.404
Total de passivos financeiros			17.043.204	17.019.992	17.043.749	16.911.483

Consolidado						
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)			4.050.338	5.105.110	4.050.338	5.105.110
Contas a receber, líquidas (nota 5)		Empréstimos e recebíveis	8.588.466	8.701.688	8.588.466	8.701.688
		Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Nível 2	2.480	3.979	2.480	3.979
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Hedge (econômico)	85.163	64.964	85.163	64.964
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia		Custo amortizado	81.486	78.166	81.486	78.166
Contas a receber, líquidas (nota 5)		Empréstimos e recebíveis	273.888	305.411	273.888	305.411
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Hedge (econômico)	76.762	144.050	76.762	144.050
Total de ativos financeiros			13.158.583	14.403.368	13.158.583	14.403.368
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 15)		Custo amortizado	7.447.100	7.611.246	7.447.100	7.611.246
Empréstimos e financiamentos (nota 20)		Custo amortizado	1.316.034	1.256.147	1.463.609	1.363.539
		Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)		Nível 2	304.921	1.286.828	317.231	1.307.310
Debêntures (nota 20)		Custo amortizado	1.412.174	2.120.197	1.532.427	2.242.291
		Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Debêntures (nota 20)		Nível 2	312	307	1.490	1.412
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		por meio do resultado	4.504	4.111	4.504	4.111
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Hedge (econômico)	735	179.101	735	179.101

33. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017.

Controladora	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento				Fluxos de caixa nas atividades operacionais				
	Saldos em 31.12.16	Ingressos	Liquidações	Liquidações	Saldos em 31.12.16	Ingressos	Liquidações	Liquidações	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.195.031	-	(3.668.551)	-	-	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	4.880.606	55.876	(2.449.773)	(333.676)	-	-	-	-	
Arrendamentos financeiros	374.428	-	(35.722)	(11.973)	-	-	-	-	
Debêntures	3.554.307	3.000.000	(2.000.000)	(513.937)	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	(28.377)	-	(162.334)	2.086	-	-	-	-	
Contraprestação contingente	414.733	-	-	-	-	-	-	-	
Total	11.390.728	3.055.876	(8.316.380)	(857.500)					
Consolidado		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento				Fluxos de caixa nas atividades operacionais			
Saldos em 31.12.16	Ingressos	Liquidações	Liquidações	Liquidações	Saldos em 31.12.16	Ingressos	Liquidações	Liquidações	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.195.031	-	(3.668.551)	-	-	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	4.880.606	55.876	(2.449.773)	(333.676)	-	-	-	-	
Arrendamentos financeiros	374.428	-	(35.722)	(11.973)	-	-	-	-	
Debêntures	3.554.307	3.000.000	(2.000.000)	(513.937)	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	(28.377)	-	(159.408)	2.086	-	-	-	-	
Contraprestação contingente	414.733	-	-	-	-	-	-	-	
Total	11.390.728	3.055.876	(8.313.454)	(857.500)					

b) Principais transações de não envolvem caixa

As principais transações de financiamentos que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas transações totalizavam R\$13.462 e R\$61.866, respectivamente.

Não Circulante	Classificação por categoria	Consolidado		Valor justo		
		de valor justo	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		-	71.907	-	71.907
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.353.582	1.837.077	1.291.974	1.668.524
	Mensurado a valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Nível 2	520.421	874.982	505.422	822.818	
Contraprestação contingente (nota 20)	por meio do resultado					
Debêntures (nota 20)	Nível 2	446.144	414.733	446.144	414.733	
	Custo amortizado	3.068.243	1.396.813	2.866.372	1.260.814	
	Mensurado a valor justo por meio do resultado					
Debêntures (nota 20)	Nível 2	40.010	36.990	37.717	34.124	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Hedge (econômico)					
Total de passivos financeiros			15.929.592	17.091.843	15.930.137	16.983.334

c) Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

			Consolidado	
			31.12.17	31.12.16
Caixa e equivalentes de caixa			4.050.338	5.105.110
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente			(8.461.841)	(9.224.074)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos			143.754	28.377
Aplicações financeiras em garantia à dívida				

**DIRETORIA****Eduardo Navarro de Carvalho**
Diretor Presidente**David Melcon Sanchez-Friera**
Diretor de Finanças e Relações com Investidores**Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira**
Secretário Geral e Diretor Jurídico**Carlos César Mazur**
Contador - CRC - 1PRO28067**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. (“**Companhia**” ou “**Telefônica Brasil**”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (“**Demonstrações Financeiras Anuais de 2017**”), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2018, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2017 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2017 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.

Flavio Stamm
Conselheiro Fiscal (efetivo)**Cremênio Medola Netto**
Conselheiro Fiscal (efetivo)**Charles Edwards Allen**
Conselheiro Fiscal (efetivo)**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. (“**Companhia**” ou “**Telefônica Brasil**”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social da Companhia, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (“**Demonstrações Financeiras Anuais de 2017**”), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2018, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2017 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2017 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e determinam o encaminhamento de tais documentos para aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.

Eduardo Navarro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração**Antonio Carlos Valente da Silva**
Conselheiro de Administração**Luiz Fernando Furlan**
Conselheiro de Administração**Sonia Julia Sulzbeck Villalobos**
Conselheira de Administração**Julio Esteban Linares Lopez**
Conselheiro de Administração**José María Del Rey Osorio**
Conselheiro de Administração**Francisco Javier de Paz Mancho**
Conselheiro de Administração**Roberto Oliveira de Lima**
Conselheiro de Administração**Antonio Gonçalves de Oliveira**
Conselheiro de Administração**Luis Francisco Javier Bastida Ibarguen**
Conselheiro de Administração**Ramiro Sánchez de Lerín García-Ovies**
Conselheiro de Administração**Narcis Serra Serra**
Conselheiro de Administração**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E CONTROLE**

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. (“**Companhia**” ou “**Telefônica Brasil**”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (“**Demonstrações Financeiras Anuais de 2017**”), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2018, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2017 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2017 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.

Luis Francisco Javier Bastida Ibarguen
Presidente do Comitê de Auditoria e Controle**Antonio Gonçalves de Oliveira**
Membro do Comitê de Auditoria e Controle**Narcis Serra Serra**
Membro do Comitê de Auditoria e Controle**José María Del Rey Osorio**
Membro do Comitê de Auditoria e Controle**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Brasil S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

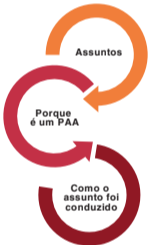
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. e da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para contingências tributárias e regulatórias De acordo com as Notas 3 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas Tributária e Regulatória, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas tinham assuntos em discussão em diversas esferas, nos montantes de R\$ 44 bilhões e de R\$ 6,4 bilhões, respectivamente, dos quais R\$ 3,5 bilhões e R\$ 1,1 bilhão, respectivamente, encontravam-se provisionados por apresentarem prognóstico de perda provável, como avaliado por sua administração e com base na posição de seus assessores jurídicos. Considerando a complexidade do ambiente tributário e regulatório, a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas mencionadas discussões, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação dessas contingências foi considerada como área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (a) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela administração dos valores e as probabilidades de perda. (b) Para processos tributários e regulatórios relevantes, com interpretações mais subjetivas e complexas oriundas, por meio da administração, da avaliação de especialistas renomados e independentes em relação às causas quanto aos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa. (c) Nos reuniões com a administração para discutir e avaliar, com ajuda de nossos especialistas, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. (d) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa. (e) Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação e registro/divulgação de contingências. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de “receita não faturada”

Conforme as Notas 3 e 23 às demonstrações financeiras, o reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente significativo, tendo em vista que envolve sistemas complexos de faturamento, com processamento de grandes volumes de dados e diferentes portfólios de produtos com variações de preços a partir dos diferentes planos e ações de *marketing*.

Adicionalmente, neste contexto, as receitas são reconhecidas mensalmente, quando há ingresso de benefícios econômicos, existindo a parcela faturada e a parcela não faturada, decorrentes dos serviços prestados entre a data de faturamento e o final do mês, sendo identificadas, processadas e reconhecidas dentro do mês em que o serviço foi prestado. Assim, as “receitas não faturadas” - registradas contabilmente no mês em que os serviços foram prestados - são estornadas no mês seguinte quando do efetivo faturamento e um novo cálculo para a mensuração das “receitas não faturadas” relativas à prestação de serviço daquele mês corrente é efetuado, e assim sucessivamente ao longo do exercício.

Eventual inconsistência no cálculo dessa estimativa pode impactar de forma relevante às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, sendo considerada, dessa forma, área de foco de nossa auditoria.

Ambiente de controles internos e de Tecnologia da Informação

A Companhia atua na exploração de serviços de telecomunicações e desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, com prestação de serviços de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”, comunicação de dados, inclusive internet em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); e (iv) TV por assinatura (serviço de acesso condicionado (“SEAC”)) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas (“PGO”). Nesse contexto, a Companhia é altamente dependente da sua estrutura de Tecnologia da Informação, com processamento de um grande volume de transações decorrentes de suas operações.

A estrutura de Tecnologia da Informação da Companhia, devido ao seu histórico de aquisições e porte de suas operações, é composta por mais de um ambiente de tecnologia, com processos distintos e controles segregados, e requerem um robusto sistema de controles internos, capaz de permitir à sua administração pleno monitoramento das operações diárias, incluindo o acompanhamento e compilação de informações quantitativas físicas, financeiras e fiscais decorrentes dos serviços prestados.

Essa área foi foco de nossa auditoria porque observamos a existência de diversos controles manuais e automatizados em operação, grande volume de acesso aos sistemas e determinação de segregação de função de forma descentralizada. A avaliação da efetividade dos processos e controles é determinante no processo de auditoria e na definição da abordagem pretendida para obtenção do conforto necessário, uma vez que controles e/ou processos podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações e, conseqüentemente, resultar na apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de fevereiro de 2017, sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5Estela Maris Vieira de Souza
Contadora CRC 1RS046957/O-3